



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Ambiente e Sociedade
Mestrado Interdisciplinar

Sérlio Souza de Almeida

**A LEI FEDERAL Nº 11.888/08, COMO UM INSTRUMENTO DA POLÍTICA
HABITACIONAL APLICADA NA CIDADE DE TEÓFILO OTONI - MG**

Teófilo Otoni – MG
2018

Sérlio Souza de Almeida

**A LEI FEDERAL Nº 11.888/08, COMO UM INSTRUMENTO DA POLÍTICA
HABITACIONAL APLICADA NA CIDADE DE TEÓFILO OTONI – MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado em Tecnologia, Ambiente e Sociedade (PPGTAS) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Linha de Pesquisa: Gestão e Sociedade.

Orientadora: Dr^a. Raquel de Souza Pompermayer

**Teófilo Otoni – MG
2018**

Ficha Catalográfica
Preparada pelo Serviço de Biblioteca/UFVJM
Bibliotecária responsável: Graziela Lopes da Costa – CRB6 nº 2807

A447l
2018 Almeida, Sérgio Souza de.
A lei federal nº 11.888/08, como um instrumento da política habitacional aplicada na cidade de Teófilo Otoni - MG. / Sérgio Souza de Almeida. Teófilo Otoni: UFVJM, 2018.
84 p. : il.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Ambiente e Sociedade, 2018.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel de Souza Pompermayer.

1. Assistência técnica pública gratuita. 2. Zona Sul do Município de Teófilo Otoni. 3. Diagnóstico Moradias. 4. Residências assistidas pelo CRAS-Sul. I. Título.

CDD: 628.112

SÉRLIO SOUZA DE ALMEIDA

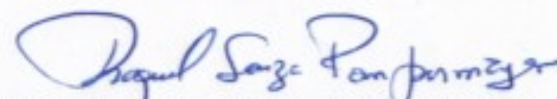
**A LEI FEDERAL Nº 11.888/08, COMO UM INSTRUMENTO DA POLÍTICA
HABITACIONAL APLICADA NA CIDADE DE TEÓFILO OTONI - MG.**

Dissertação apresentada ao
MESTRADO EM TECNOLOGIA,
AMBIENTE E SOCIEDADE, nível de
MESTRADO como parte dos requisitos
para obtenção do título de MAGISTER
SCIENTIAE EM TECNOLOGIA,
AMBIENTE E SOCIEDADE

Orientador : Prof.^a Dr.^a Raquel De
Souza Pompermayer

Data da aprovação : 24/05/2018


Prof.Dr. WEDERSON MARCOS ALVES - UFVJM


Prof.Dr.^a RAQUEL DE SOUZA POMPERMAYER - UFVJM


Prof.Dr. MARCIO COUTINHO DE SOUZA - UFVJM


Prof. AGNALDO KEITI HIGUSHI - UFVJM

TEÓFILO OTONI

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, a Deus que a cada dia preenche a minha alma e renova a paz que só ele pode conceder. A minha esposa, que evidenciou todos os esforços, amor e compreensão para que este trabalho pudesse ser realizado. Às minhas amadas filhas: Noemi Souza de Almeida e Ruthe Souza de Almeida, que são as melhores das artes e trabalho.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus, alicerce da minha existência, provedor da paz que goza a minha alma, direcionador dos meus passos e pensamentos, pois por Ele e para Ele são realizadas todas as coisas, inclusive esta pesquisa. Sou grato pelas suas infinitas misericórdias a mim despendidas!

Aos meus familiares, sem os quais, não seria possível a conquista deste título. Principalmente à minha esposa, que em todos os momentos esteve presente em apoio e dedicação.

À minha orientadora Dra. Raquel Souza Pompermayer, por sua paciência, especialmente, pelas orientações nessa pesquisa, que somaram sobremaneira ao meu crescimento acadêmico, profissional e pessoal.

Aos amigos do mestrado que estiveram muito próximos: em especial ao professor Dr. Marcio Coutinho de Souza, que apresentou muitas contribuições que vieram a enriquecer o trabalho. Thiago Pereira, João César de Souza Ferreira, Edmilson Eduardo da Silva, em que agradeço pelas inúmeras e fundamentais contribuições e incentivos prestados no curso deste trabalho.

Ao presidente da Câmara Municipal, Fábio Lemes; à Secretária de Assistência Social e Habitação: Sra. Eliane Moreira de Aguiar; Coordenação Geral dos CRAS: Sra. Neuslete Esteves dos Santos Neumam; Diretor de Habitação: Pr. Adailton Rodrigues de Souza; Coordenadora do CRAS-Sul: Adriana Pereira Dutra; Psicólogo do CRAS-Sul: Daniel Soares Moreira e Assistente Social do CRAS-Sul: Victor Messias, que evidenciaram todos os esforços para que esta pesquisa acontecesse, inclusive na concessão do Banco de Dados das famílias de baixa renda que residem na Região Sul do Município de Teófilo Otoni (MG).

Aos mestres e doutores deste mestrado em educação que contribuíram e ampliaram os meus conhecimentos, ensinando-me a pesquisar, analisar e compreender a visão acadêmica vinculada ao profissional, favorecendo a realização de mais um sonho.

“A sabedoria é a coisa principal; adquiere pois a sabedoria, emprega tudo o que possuis na aquisição de entendimento.”.

(Provérbios 4:7).

RESUMO

ALMEIDA, Sérgio Souza de. **A Lei Federal nº 11.888/08, como um instrumento da política habitacional aplicada na cidade de Teófilo Otoni - MG**. 2018. 84f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia, Ambiente e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Ambiente e Sociedade, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, MG. 2018.

Este trabalho propõe a aplicação às famílias que percebem até três salários mínimos, os benefícios da Lei Federal nº 11.888/08, que é a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. A partir dos dados obtidos em documentos impressos e arquivados no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS-Sul), buscou-se realizar uma análise dos bairros, das moradias, perfil destas famílias e quais são as necessidades para a confecção de projeto e acompanhamento público gratuito, por técnicos de engenharia civil, urbanismo e arquitetura. A região focalizada neste trabalho, são os bairros mais carentes de Teófilo Otoni – MG, a Região Sul, que é composta pelos Bairros Cidade Nova, Frei Júlio, Jardim São Paulo, São Benedito, Taquara, Vila Barreiros, Vila Esperança (que engloba Vilinha), Vila Jacaré e Vila Progresso (que engloba Tancredo Neves). Identificadas as necessidades, como acessos à coleta de lixo, água e esgotamento sanitário canalizados, área de risco, área de violência, medição individual de energia, edificação de novos cômodos e dormitórios e acessibilidade, esboçou-se em gráficos, quais são os bairros prioritários, por cada tipo de ação. Com base nas experiências de outras cidades, identificou-se os atuais e sugere-se o envolvimento de novos atores, bem como ações de intervenção e justificativa para a elaboração de convênio entre o Executivo Municipal e os envolvidos na assistência técnica pública e gratuita no projeto e execução de obras das moradias identificadas.

Palavras-chave: Assistência técnica pública gratuita. Zona Sul do Município de Teófilo Otoni. Diagnóstico Moradias. Residências assistidas pelo CRAS-Sul.

ABSTRACT

ALMEIDA, Sérgio Souza de. **A Lei Federal nº 11.888/08, como um instrumento da política habitacional aplicada na cidade de Teófilo Otoni - MG.** 2018. 84f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia, Ambiente e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, Ambiente e Sociedade, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Teófilo Otoni, MG. 2018.

Abstract: This study proposes the application to families that receive up to three minimum wages, the benefits of Federal Law 11888/08, which is public and free technical assistance for the design and construction of housing of social interest. Based on the data obtained in printed documents and archived in the Social Assistance Reference Center (CRAS-Sul), an analysis was made of the neighborhoods, housing, profile of these families and what are the needs for the design and public follow-up free of charge, by civil engineering, urban planning and architecture technicians. The region focused on this work, are the most needy neighborhoods of Teófilo Otoni - MG, the Southern Region, which is composed of the. (Comprising Vila Nova de Freguesia, Frei Júlio, Jardim São Paulo, São Benedito, Taquara, Vila Barreiros, Vila Esperança), Vila Jacaré and Vila Progresso (which encompasses Tancredo Neves). Identified needs, such as access to garbage collection, water and sewage piped, risk area, area of violence, individual measurement of energy, construction of new rooms and dorms and accessibility, outlined in graphs, which are the priority neighborhoods, for each type of action. Based on the experiences of other cities, the current ones were identified and the involvement of new actors is suggested, as well as actions of intervention and justification for the elaboration of agreement between the Municipal Executive and those involved in public technical assistance and gratuitous in the project and execution of works of the identified dwellings.

Keywords: Free public technical assistance. South Zone of the Municipality of Teófilo Otoni. Diagnosis Houses. Residences assisted by CRAS-Sul.

LISTA DE QUADROS

Tabela 1 – Faixas de renda mensal familiar (em salários mínimos).....	21
Tabela 2 – Informações sobre o município de Teófilo Otoni	42
Tabela 3 – População total, por Gênero, Rural/Urbana – Teófilo Otoni – MG	43
Tabela 4 – Renda, Pobreza e Desigualdade – Teófilo Otoni - MG	44
Tabela 5 – Indicadores de Habitação – Teófilo Otoni – MG.....	45
Tabela 6 – Ranking (R) dos prioridades de acordo com índices por bairro e por prioridade	50
Tabela 7 – Perfil das famílias <i>versus</i> idade, gênero, escolaridade e tempo de inserção na escola.....	51
Tabela 8 – Perfil das famílias em relação aos bairros <i>versus</i> % em renda total	52
Tabela 9 – Perfil das famílias em relação aos Bairros <i>versus</i> % tempo de moradia no bairro	54
Tabela 10 – Perfil das moradias em relação aos Bairros <i>versus</i> % área de risco e água canalizada.....	55
Tabela 11 – Bairros <i>versus</i> % tipos de esgotos sanitários	57
Tabela 12 – Perfil dos domicílios em relação aos Bairros <i>versus</i> % Coleta de Lixo, Dificil Acesso Geográfico e situados em área de violência	58
Tabela 13 – Perfil das residências em relação aos Bairros <i>versus</i> tipo de moradia e medidor energia individual	59
Tabela 14 – Perfil das moradias em relação aos Bairros <i>versus</i> tipo número de cômodos e acessibilidade.....	60
Tabela 15 – Perfil das moradias em relação aos Bairros <i>versus</i> número de dormitórios e número de pessoas por dormitório.....	61

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO	10
1.1 Problematização.....	12
1.2 Justificativa e Relevância do Tema	12
1.3 Objetivos.....	13
1.3.1 <i>Objetivo Geral</i>	13
1.3.2 <i>Objetivos Específicos</i>	14
CAPÍTULO 2 – POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA.....	15
2.1 Programas Habitacionais do Governo Federal no Brasil	15
2.1.1 <i>A População Atendida pela Política Habitacional de Interesse Social</i>	18
2.2 O <i>Déficit</i> Habitacional Brasileiro	20
CAPÍTULO 3 – A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PÚBLICA E GRATUITA PARA O PROJETO E A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO	23
3.1 Importância da Assistência Técnica Pública Gratuita.....	23
3.2 Algumas Alterações realizadas sem Acompanhamento Técnico em Bairros de Teófilo Otoni	25
3.3 Algumas Experiências na Assistência Técnica Pública e Gratuita para o Projeto e a Construção de Habitação	26
3.4 A Legislação Federal sobre Assistência Técnica Habitacional.....	28
3.4.1 <i>Constituição Federal de 1988</i>	29
3.4.2 <i>Lei Federal 10.257/2001 - Estatuto da Cidade</i>	30
3.4.3 <i>Lei Federal de Nº 11.124/05</i>	32
3.4.4 <i>Lei Federal de Nº 11.888/08</i>	33
3.5 Atores Habilitados para Assistência Técnica Habitacional Pública Gratuita	36
3.6 As Etapas para o acesso à Assistência Técnica Gratuita	37
CAPÍTULO 4 – ASPECTOS METODOLÓGICOS	40
4.1 Classificação da Pesquisa Quanto à abordagem.....	40
4.1.1 <i>Classificação da Pesquisa Quanto à Natureza</i>	40
4.1.2 <i>Classificação da Pesquisa Quanto aos Objetivos</i>	40

<i>4.1.3 Classificação da Pesquisa Quanto aos Procedimentos</i>	41
4.2 Caracterização do Município Estudado	41
4.3 Etapa de coleta dos dados no CRAS-Sul	45
4.4 Coleta de Dados	47
CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO	49
5.1 Resultado Geral dos Indicadores de Prioridades das Famílias Pesquisadas	49
5.2 Perfil das Famílias	50
5.3 Situação dos Bairros Pesquisados	54
5.4 Análise da Situação das Residências dos Respondentes	59
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
6.1 Propostas para trabalhos Futuros	65
REFERÊNCIAS	67

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

“Porque a sabedoria serve de defesa, como de defesa serve o dinheiro; mas a excelência do conhecimento é que a sabedoria dá vida ao seu possuidor.”.

(Eclesiastes 7:12)

O Brasil é um país de dimensão continental, cultura e geografia diversificada, bem como elevado desequilíbrio social. Essas características acentuam a complexidade na implantação de um programa eficaz que subsidie o direito a moradias de interesse social, que são as direcionadas a famílias de baixa renda, principalmente as mais carentes que possuem renda inferior a três salários mínimos.

Atualmente, este direito não vem sendo atendido pelo Estado Brasileiro. Estudo recente, realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)-IBGE, 2015, indica que 30% das famílias brasileiras tiveram seu orçamento comprometido em aluguel. Este comprometimento, acentua-se no período de economia recessiva e crescimento do desemprego, que impõe ao cidadão a obrigação de desfazer da sua moradia e aderir ao aluguel ou forçar a coabitação (KRAUSE; BALVIM; NETO, 2013).

Nos grandes centros urbanos e nos municípios de menor porte existe a necessidade de instrumentos públicos e gratuitos que busquem proporcionar melhor qualidade de vida à população de baixa renda através de moradias condignas, adequadas, seguras e urbanizadas.

Das lacunas da política nacional de habitação das moradias de famílias com renda inferior a três salários mínimos, destaca-se a ausência da oferta gratuita de profissionais técnicos na confecção do projeto e acompanhamento da edificação habitacional, aos que detém o material e mão-de-obra para construção, que inclui o regime de mutirão. Acrescenta-se, a necessidade de estruturação e capacitação dos municípios para receberem verba federal vinculadas a este fim.

Por esta necessidade, a Constituição Federal de 1988 inseriu em seu art. 6º os direitos sociais do cidadão para que se tenha acesso à educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, o direito à moradia digna. Inserida na carta magna a moradia como direito fundamental do indivíduo, amplia a perspectiva da dignidade humana, a

ser averiguado pelo Estado por mecanismos capazes de dar cumprimento a esse direito, agora com o viés de soberania constitucional (MORAES, 2017).

Para que este direito fundamental inserido na Constituição Federal possa ser posto em prática, é necessário que haja uma legislação regulamentadora que pormenorize o tempo e o modo de sua aplicação. Desta forma, dez anos após a promulgação desta Lei Máxima, foi editada em 24 de dezembro de 2008, a Lei Federal de Nº 11.888, que regulou nas esferas do Poder Público, municipal, estadual e federal, o acesso à assistência técnica pública gratuita para o projeto, reforma, ampliação, construção e a regularização de moradia às famílias de renda não superior a três salários mínimos, que residam em áreas urbanas ou rurais. Essas famílias tem o direito à assistência técnica pública gratuita, fornecida pelos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia civil necessários para o alcance da execução pretendida (MORAES, 2017).

O Art. 4º da Lei 11.888/08, veio permitir que estes profissionais realizem convênio ou termo de parceria, com a União, Estado, Distrito Federal ou Município, podendo ser na qualidade de servidor público, integrantes de Organizações não governamentais sem fins lucrativos, núcleos, escritórios-modelos, escritórios públicos com atuação na área ou empresas júniores vinculadas às instituições de ensino superior (BRASIL, 2008).

Entretanto, apesar do direito à moradia estar inserida na constituição Federal e devidamente pormenorizada por Legislação Federal, percebe-se a insistência da ausência de política habitacional e estrutura das três esferas dos entes federados para aplicação da assistência técnica pública e gratuita nos termos da Lei Federal 11.888/08.

Por esta percepção, o presente trabalho propõe-se diagnosticar a situação habitacional das moradias de famílias com renda inferior a três salários mínimos, assistidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS SUL) que é composto pelos bairros Cidade Nova, Frei Júlio, Jardim São Paulo, São Benedito, Taquara, Vila Barreiros, Vila Esperança (que engloba Vilinha), Vila Jacaré e Vila Progresso (que engloba Tancredo Neves) do Município de Teófilo Otoni.

O resultado deste trabalho, poderá servir de subsídio aos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Teófilo Otoni em Minas Gerais, visando estabelecer prioridades, parâmetros e convênios com os atores envolvidos para implementação da lei de assistência técnica pública e gratuita no projeto e construção de habitação de interesse social no município de Teófilo Otoni, nos termos do artigo 6º da Constituição Federal; Lei Federal de nº 10.257/01; Lei Federal de nº 11.124/05; Lei Federal de nº 11.888/08; Lei Federal de nº

13.267/16 e a jurisprudência dominante.

1.1 Problematização

Quanto ao problema de pesquisa, deparou-se que no município de Teófilo Otoni, especialmente na região sul da cidade, encontra-se acentuada a carência de assistência técnica para os projetos e acompanhamento das edificações de moradias realizadas e em andamento. Uma das principais causas é a ausência de efetiva política habitacional do Estado, que não vem aplicando as possibilidades de assistência técnica pública gratuita ofertadas pela Lei Federal 11.888/08 (MORAES, 2013).

Dentro desse quadro, é proposto o seguinte questionamento como problema de pesquisa: **Pressupondo um contexto onde as moradias das famílias que percebem renda total inferior a três salários mínimos, são edificadas sem acompanhamento técnico, quais fatores que levam às consequências deste cenário por Bairro da Região Sul de Teófilo Otoni, MG?**

Esse diagnóstico pode servir para subsidiar elementos aos Poderes Executivo e Legislativo para definir prioridades dos Bairros para atuação e confecção de convênios entre o Executivo Municipal e os habilitados na implementação da Lei Federal de nº 11.888/08.

1.2 Justificativa e Relevância do Tema

Uma das justificativas que torna a temática relevante para escolha do tema está na carência de Assistência Técnica como Política Habitacional no município de Teófilo Otoni, gerando edificações irregulares, inacabadas, ausência sanitária, dentre outras situações que induzem a maioria desta população ao status de “*moradia à margem da dignidade humana*”.

Vale destacar que os problemas sociais de moradia não são uma realidade exclusiva do Município de Teófilo Otoni. Dados divulgados pela Fundação João Pinheiro estimam um *déficit* habitacional no Brasil próximo a seis milhões de unidades, das quais 82,6% estão concentradas nas áreas urbanas. A carência está concentrada entre as famílias que ganham até 3 salários mínimos, sendo 89,4% do total. No Nordeste esses números chegam a 95,9%, mostrando em primeira análise que a capacidade financeira das famílias ainda é o

principal obstáculo de acesso a uma moradia de qualidade (CARVALHO, 2011).

Outro fator importante para justificar o interesse e relevância na pesquisa baseia-se na experiência profissional do autor. Estas experiências somam aproximadamente 20 (vinte) anos. Neste período, vários foram os processos que envolveram a necessidade de moradia. Continuamente há ocorrências de invasões, objetivando aquisição de lotes para construções habitacionais que envolvem ‘ações reintegratórias’, entre elas, a demanda por desapropriação para assentamentos.

Neste contexto, ressalte-se que o Estado tem a obrigação constitucional de proporcionar moradia digna ao cidadão. Para tanto, normatizou no art. 6º da Constituição Federal e na lei 11.888/08 o acesso gratuito à Assistência Técnica Pública para projetos e construções de moradias a famílias de baixa renda (CIRNE, 2011).

Entretanto, a precariedade da estrutura na Região Sul do Município Pesquisado, impedem que esta faixa econômica tenha alcance desta Assistência Técnica, sendo necessário um diagnóstico das moradias de famílias de até três salários mínimos da região mais carentes do Município de Teófilo Otoni, a Região Sul, para que possa embasar aos Poderes Executivo e Legislativo, na confecção de convênios entre o Governo Federal, Executivo Municipal e profissionais graduados na área específica de Arquitetura e Engenharia Civil (SOUZA, 2009).

Dentre as possibilidades deste convênio, estão as instituições de Ensino superior, que possibilitarão a interação do ambiente universitário com as comunidades, proporcionando melhores condições de vida para a sociedade. Desta forma, os graduandos também obterão conhecimento técnico prático profissional e percepção do meio no qual estão inseridos. (SOUZA; CUNHA, 2015, p. 3).

Dessa forma, justifica-se a pesquisa nos seguintes contextos: diagnóstico de situação das moradias de interesse social e formação de elementos para subsidiar convênio de assistência técnica pública gratuita entre profissionais da área com o Executivo Municipal.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar as áreas prioritárias que justifiquem convênio e ações de intervenção para assistência técnica pública gratuita, no âmbito da Lei Federal nº 11.888/08, na cidade de

Teófilo Otoni.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Descrever sobre a evolução da política habitacional brasileira;
- Demonstrar a importância da assistência técnica pública gratuita para a população com renda de até três salários mínimos.
- Identificar os atores envolvidos na assistência técnica pública gratuita;
- Identificar a situação das moradias de treze bairros da Região Sul de Teófilo Otoni que necessitam da assistência técnica pública gratuita nos termos da Lei Federal 11.888/08.
- Identificar os principais entraves à aplicação da Lei Federal 11.888/08.
- Propor ações de intervenção para aplicação da Lei Federal 11.888/08.

CAPÍTULO 2 – POLÍTICA HABITACIONAL BRASILEIRA

“Tão boa é a sabedoria como a herança, e dela tiram proveito os que veem o sol”.

Eclesiastes, 7:11

No Brasil, principalmente até a década de 1940, a habitação era predominantemente ruralista.

Entretanto, no período entre a década de 1940 e 1980, pelas desfavoráveis condições da qualidade de vida ofertada pela zona rural, como baixos salários, ausência de infraestrutura, tecnologia e incentivos aos pequenos agricultores, dificuldade de acesso à saúde e educação, seca no nordeste, somados aos atrativos da industrialização dentre outros, houve um intenso êxodo rural de quase 27 milhões de pessoas (MARTINE, 1990).

Acrescenta-se que após o ano de 1940, pelos investimentos de multinacionais na produção de bens de consumo duráveis e de bens intermediários, iniciou-se o processo de industrialização e a modernização econômica no país, que transformou a região do eixo Rio de Janeiro-São Paulo no principal polo atrativo para a concentração demográfica no Brasil (SANTOS, 1993). Esta tendência forçou ao Estado a elaboração e implantação de Programas Habitacionais para enfrentar o crescente déficit habitacional e construções desordenadas.

2.1 Programas Habitacionais do Governo Federal no Brasil

Certamente, cidades já existiam antes desses movimentos, mas a forte migração promoveu desuniforme urbanização que veio acompanhada de vários problemas, tais como os cortiços, as vilas operárias, as favelas e os loteamentos periféricos com autoconstrução sem orientação técnica. Além disso, destacam-se também as Vilas Economizadoras construídas por pequenos empreendedores para explorar aluguéis. Pelo quadro nacional consolidou-se o entendimento de que a responsabilidade em proporcionar moradias com custos diretamente proporcionais aos rendimentos dos trabalhadores urbanos seria do Estado (BONDUKI, 2002).

A migração rural-urbana faz predominar a tendência denominada como o tripé do loteamento popular pela casa-própria realizada pela autoconstrução (PASTERNAK; D’OTTAVIANO, 2014).

Nesta direção, o Governo Federal cria o primeiro programa de moradia com

interesse social no Brasil através do Decreto-lei nº 9.777, de 6 de setembro de 1946, que estabelece bases financeiras para a Fundação da Casa Popular (FCP), que tinha o objetivo de financiar obras urbanísticas de abastecimento de água, esgotos, suprimentos de energia elétrica, assistência social e outras que visem a melhoria das condições de vida e bem-estar das classes trabalhadoras, fomentado com verbas do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI), vindo a ser extinto em abril de 1964 (ANDRADE; AZEVEDO, 1982).

Em 1964, com intuito de incentivo ao processo de industrialização das cidades, a modernização do meio rural, poupança e equilíbrio da sociedade, foi criada uma estrutura pró-moradia em larga escala através do Plano Nacional de habitação, Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFAU). O Governo do período consolidou o entendimento que um dos benefícios da casa própria, seria inibir o proprietário em envolver-se em confusões ou depredações, passando a ser defensor da ordem pública (BONDUKI, 2002).

Em 1966, pela demanda, foi criado o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ambos coordenados pelo BNH e com objetivo de financiar a casa própria. Até o ano de 1986, quando foram extintos e substituído o BNH pela Caixa Econômica Federal, produziram cerca de 5 milhões de unidades habitacionais, edificadas por empreiteiros ou companhias públicas, como a Companhia de Habitação Popular (COHABS) ou Instituto Nacional de Orientação de Cooperativas habitacionais (INOCOOPs) (CALDEIRA, 2000).

No ano de 1988, foi promulgada a atual Constituição Federal que inseriu a moradia como direito fundamental do cidadão e descentralização do governo federal da responsabilidade habitacional. Em 1990, foi criado pelo Governo Federal o Ministério da Ação Social em substituição ao Ministério do Interior. Este ministério institui o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), que objetiva edificar cerca de 250 mil habitações de interesse social em menos de seis meses, utilizando-se de construtoras particulares que não obtiveram êxito pela ausência de recursos e apoio político (SANTOS, 2006).

Em 1992, conhecido como pós-BNH, foi criado com recursos federais o Habitar Brasil que edificou 253 mil habitações e o Morar Município com 175 mil casas construídas, administradas por Conselhos Municipais. Já em 1995, instaurou-se o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), que concedia crédito diretamente ao comprador com renda de 3 a 12 salários mínimos. Para as famílias de baixa renda, neste mesmo ano foi criado o Pró-Moradia que financiava Estados e Municípios para construção de novas casas, legalização do terreno,

aquisição de material de construção e melhoria da infraestrutura. Em 1998, entrou em vigor o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), promovendo quase 89 mil unidades em que o mutuário com renda entre três e seis salários mínimos tornava-se proprietário somente após quitar 15 anos de parcelas-aluguel (VALENÇA; BONATES, 2010).

Em 2001, foi sancionado Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, que regulamenta os Art. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e os diferentes usos do espaço urbano, que norteou uma profunda discussão entre especialistas, administradores públicos e militantes voltados à política habitacional. Fruto desta discussão, foi criado o Sistema Nacional de Habitação, os Conselhos de Habitação, ambos nos níveis Municipal, Estadual e Federal, bem como a Agência Nacional de Regulamentação do Financiamento Habitacional, além da criação do Ministério das Cidades em 2003, com objetivo de ser o órgão responsável pela questão urbana do país no enfoque da moradia, mobilidade urbana e saneamento, planejamento territorial e regulação fundiária, que consolidou o entendimento do Projeto Moradia de distribuir as atribuições nas três esferas (BONDUKI, 2002).

O Ministério das Cidades, em busca de definição popular da direção e decisões a serem tomadas, realizou várias Conferências das Cidades (2003, 2005, 2007, 2009 e 2013), momentos que foram tomados bases para as edições de diversas Leis Federais em busca da efetividade da Política Habitacional, como a Lei Federal, 11.124/05, que criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), Planos e Conselhos Municipais de Habitação de interesse Social; a Lei Federal, 11.445/07, que determina a obrigatoriedade Municipal em ter o Plano Municipal de Saneamento Básico; O Plano Nacional de Habitação (PlanHab), que regulamenta o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social; Lei Federal 12.587/12, que regulamenta a Política Nacional de Mobilidade Urbana, como prioridade a veículos não motorizados, obrigação de calçadas, ciclovias, ciclofaixas, transporte público e integração do automóvel à mobilidade sustentável (SCHAVSBERG, 2013).

No ano de 2004, ainda com verbas limitadas, buscou-se priorizar a população mais carente, criando o Programa Especial de Habitação Popular (PEHP), com o objetivo de oferecer acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até três salários mínimos e o Programa de Subsídio Habitacional (PSH), com objetivo de promover meios que permitissem o atendimento às famílias de baixa renda. No ano 2005, com o uso dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), criou-se um programa direcionado às associações e

movimentos, denominado Crédito Solidário (BONDUKI, 2002).

A Lei Federal 10.391/04, as resoluções nº 3259 e 3280/05 do Conselho Monetário Nacional, a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), a Resolução 460 do Conselho Curador do FGTS, obrigaram os bancos através do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) a destinarem um percentual da verba disponível em financiamento habitacional, que promoveu um crescimento acentuado no investimento na Política Pública de Habitação, especialmente beneficiando a classe de baixa renda, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) (SCHAVSBERG, 2013).

Este programa prioriza o investimento em infraestrutura; Estímulo ao crédito e ao Financiamento; Melhora do Ambiente de Investimento; Desoneração e Aperfeiçoamento do sistema Tributário e Medidas Fiscais de Longo Prazo e Posteriormente pelo PAC II, o atual Programa Minha Casa, Minha Vida, através da Lei Federal 11.977/09, que vem edificando conjuntos habitacionais em massa e distribuídos pelo País (SCHAVSBERG, 2013).

Neste interim, foi instituído a Lei 11.888/08 que visa suprir a camada de renda não superior a três salários mínimos que possuem o imóvel e necessitam de assistência técnica pública gratuita para o projeto, construção, reforma e melhoria da habitação (ALFONSIN, 2008).

Como se observa, há décadas que a Política Habitacional Brasileira promove diversas modularidades em tentativa de proporcionar aos cidadãos, principalmente os de baixa renda, o devido acesso aos direitos sociais como a moradia. Entretanto, face aos entraves internos e externos, políticos ou financeiros, nem sempre permitem o êxito ou perenidade nos programas, sendo necessária contínuas alterações ou adequações (SANTOS, 2006).

2.1.1 A População Atendida pela Política Habitacional de Interesse Social

O crescimento populacional do Brasil foi vertiginoso após a década de 1950. Entre os anos de 1950 e 1980, houve um acréscimo próximos de setenta milhões de habitantes. Com a expansão populacional sem políticas públicas definidas, nem tampouco recursos financeiros para aquisições de moradias dignas, crescem junto problemas como cortiços, residências autoconstruídas sem quaisquer orientações técnicas, constituindo favelas periféricas (REIS; LAY, 2010).

Os governos, por décadas, priorizaram a formação de empreendimentos larga

escala, na tentativa de acompanhar o crescimento populacional. Entretanto, a maior faixa da população se concentra na renda total familiar em valores inferiores a três salários mínimos. Esta faixa salarial, por ter renda familiar exígua, não se fez possível o comprometimento com parcelas mensais ofertadas. A inadimplência inviabilizava a edificação de novos empreendimentos quebrando a cadeia produtiva (FREITAS, 2004).

Com este entrave, no ano de 2007 inicia-se um intenso debate com diversos setores representativos da comunidade, objetivando alcançar uma política do setor que considerasse a realidade brasileira, como déficit habitacional, diversidade territorial, culturas regionais distintas, renda per capita, limitações administrativas Estaduais e Municipais, bem como a crescente demanda. Mas os planejamentos sempre se esbarravam no limitador orçamentário e recursos subsidiados. Pois ainda que fossem formados novos conjuntos, não solucionava os problemas dos aglomerados habitacionais existentes (BONDUKI, 2008).

Na tentativa de o governo atender a esta faixa de baixa renda, promoveram-se financiamentos na aquisição de material de construção para que o possuidor de um lote que desejasse edificar sua moradia ou aquele que necessitava de melhoria em sua habitação pré-existente. A verba liberada, não incluía o técnico para a elaboração do projeto, nem tampouco o acompanhamento das obras, o que acarretava uma autoconstrução e autogestão, que pela ausência de conhecimento contribui para desperdício de material, edificações desregulamentadas, ausência de adequação ambiental e lógica de edificação, inacabadas, aumento dos índices de acidentes domésticos e a aparência de afavelamento (ROLNIK; NAKANO, 2008).

A família com renda de até três salários mínimos ficaram limitadas às prestações da aquisição do material de construção, não restando margem para contratação de técnico capacitado a orientar, desde o projeto até o término da construção. Os governos municipais não possuem dotação orçamentária específica para conceder essa mão de obra à população carente.

Desta forma, o Legislativo Federal, através da Lei 11.888/08, na tentativa de sanar esta deficiência, apontou sob o prisma de orçamento Federal (FNHIS) vinculado à moradia, mas que na prática não alcançava o objetivo fim, que é a população, a possibilidade desta camada menos favorecida, que se trata da família que possui renda total de até três salários mínimos, a terem o acesso, sem quaisquer custos, assistência técnica pública gratuita de engenheiros e arquitetos desde o projeto até a finalização da sua obra. A lei prioriza as edificações realizadas em sistemas de mutirão, para baratear pela ausência de custo da mão-

de-obra (SANTOS, 2012).

A ausência do conhecimento da legislação e a indiferença dos governos nas três esferas, distanciam a população destino final, de terem acesso a esta assistência técnica gratuita, que apesar de ter sido aprovada em 2008, até a presente data, pouco é difundida e menos ainda a sua aplicação prática (NÁDIA, 2016).

2.2 O Déficit Habitacional Brasileiro

O direito à moradia digna é inerente ao ser humano, que busca seu espaço seguro, perene, inalienável, irrenunciável e imprescritível para instituir sua residência. O Estado Brasileiro, por ser um país emergente, possui uma economia volátil e liderança política instável. Esses fatores afetam diretamente o aspecto social, principalmente no tocante à moradia, ainda que a Constituição Federal determine este direito como fundamental (NOLASCO, 2008).

Uma das principais variáveis de medição do déficit habitacional encontra-se na locação. A locação em período inflacionário aumenta o comprometimento da renda. Em maior ligação está no período em que a economia está recessiva, pois a elevação do desemprego promove o crescimento do déficit habitacional das famílias que, por vezes, impõe ao cidadão a obrigação de desfazer sua moradia e aderir ao aluguel ou forçar a coabitação para suprir suas necessidades financeiras imediatas (KRAUSE; BALVIM; NETO, 2013).

Como se observa na Tabela 1, apresentado pela Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios, com a recente crise econômica que assola o País após o ano de 2014, houve um crescimento de 30% de famílias que tiveram o orçamento comprometido com a despesa aluguel e em sua maioria se encontram na faixa de renda salarial de até três salários mínimos (PNAD, 2015).

As Políticas Públicas tem dentre os principais objetivos o favorecimento aos seus governados. Como salienta a pesquisadora e economista Ana Maria Castelo, da Fundação Getúlio Vargas, recessão e cortes orçamentários no principal programa habitacional que é o PMCMV que alcança famílias de até dez salários mínimos de renda total, força caminho inverso ao favorecimento da redução do déficit habitacional (CASTELO, 2017).

Tabela 1 – Faixas de renda mensal familiar (em salários mínimos)

Especificação	Até 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10
Região Norte	79,5	11,8	6,5	2,2
Rondônia	88,8	4,6	3,3	3,3
Acre	87,6	5,4	6,2	0,8
Amazonas	77,7	13,3	6,9	2,1
Roraima	82,2	14,3	3,6	-
Pará	78,8	12,0	6,8	2,4
RM Belém	79,5	10,3	6,3	4,0
Amapá	65,5	22,7	9,1	2,7
Tocantins	86,9	5,4	6,2	1,5
Região Nordeste	88,2	7,0	3,5	1,2
Maranhão	90,5	5,4	4,1	-
Piauí	83,9	10,7	5,4	-
Ceará	89,2	7,2	2,8	0,8
RM Fortaleza	87,2	7,3	4,2	1,4
Rio Grande do Norte	82,9	10,3	3,4	3,4
Paraíba	83,2	8,4	5,3	3,2
Pernambuco	90,6	5,4	3,3	0,7
RM Recife	87,0	7,3	4,5	1,3
Alagoas	94,7	4,7	0,6	-
Sergipe	91,3	5,3	3,3	-
Bahia	86,3	7,8	4,0	1,9
RM Salvador	88,3	5,9	4,0	1,9
Região Sudeste	83,7	10,0	5,2	1,0
Minas Gerais	86,0	7,8	4,7	1,5
RM Belo Horizonte	82,6	8,2	6,4	2,8
Espírito Santo	83,1	8,4	6,7	1,7
Rio de Janeiro	89,7	6,4	3,0	1,0
RM Rio de Janeiro	87,7	7,9	3,2	1,2
São Paulo	80,8	12,3	6,1	0,8
RM São Paulo	80,2	12,5	6,7	0,7
Região Sul	78,2	13,1	6,4	2,3
Paraná	78,7	12,4	7,9	0,9
RM Curitiba	74,6	12,4	11,9	1,1
Santa Catarina	76,1	14,1	5,9	3,9
Rio Grande do Sul	79,1	13,1	5,0	2,7
RM Porto Alegre	77,5	13,8	5,1	3,5
Região Centro-Oeste	83,9	8,8	5,0	2,4
Mato Grosso do Sul	76,7	14,5	6,9	1,9
Mato Grosso	84,7	6,7	7,3	1,3
Goiás	87,5	8,2	2,7	1,6
Distrito Federal	81,4	7,7	6,4	4,5
BRASIL	83,9	9,7	5,0	1,4
Total das RMs	82,9	10,0	5,6	1,5
Demais áreas	84,4	9,5	4,7	1,4

Fonte – Dados básicos: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)-IBGE, v.34, 2014, elaborada pela Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI).

Ainda que houve aumento no total de domicílios no país, como se observa na

Tabela 1 o déficit habitacional continua em índices dos patamares de 2007. A Região Nordeste, pela concentração da camada de baixa renda e Região Sudeste, pela concentração populacional, perfaz a maioria do déficit habitacional brasileiro (PNAD, 2015).

O PMCMV, em tempos melhores, deteve orçamento em até R\$30 bilhões de reais. No período recessivo após o ano de 2014, as verbas estão centradas em manter a execução das últimas obras em andamento e liberação de pequenos núcleos pulverizados pelo país (MAIA, 2011).

Apesar de certos avanços na quantidade de domicílios, pode observar na Tabela 1 que 83,9% do déficit habitacional está concentrado na faixa de renda inferior à três salários mínimos. A permanência do déficit nesta camada se alonga por anos, o que demonstra a ineficácia da Política Pública e dos modelos adotados pelos governos desde sua implementação até os dias atuais, sem contar que corrobora a principal necessidade habitacional que é o incentivo à moradia de interesse social, isto é, às famílias mais carentes, que percebem renda bruta em até três salários mínimos (PNAD, 2015).

CAPÍTULO 3 – A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PÚBLICA E GRATUITA PARA O PROJETO E A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO

“A minha boca falará de sabedoria, e a meditação do meu coração será de entendimento”.

Salmos 49:3

3.1 Importância da Assistência Técnica Pública Gratuita

O direito à moradia está estabelecido, mas não garante sua aplicação. Para sua conquista, efetivação e eficácia, é necessário muita determinação e persistência. O autor do Projeto que gerou a Lei Federal 11.888/08, o Deputado Federal e Arquiteto Zezéu Ribeiro em sua justificativa ao citado projeto apresentado no 1º seminário Nacional de Assistência Técnica em Campo Grande (MS), relata a trajetória deste levante popular que iniciou na década de 1970, através do movimento pela Reforma Urbana que insurgiu-se perante a decadência governamental no tocante à política habitacional na assistência à população, especialmente à família com renda familiar de até 03 salários mínimos (MAMORÉ, 2011).

As políticas habitacionais adotadas pelos sucessivos governos, não acompanharam a demanda crescente, o que produziu o reconhecido déficit habitacional e a autoconstrução que gerou desordem urbanística em linha ascendente e ininterrupta. Por sua vez, na tentativa de movimento contrário à esta tendência de edificações irregulares e vislumbrar uma melhor qualidade de vida habitacional, autoestima, organização nas concentrações urbanas, redução da criminalidade, saúde, higiene, redução dos custos da obra, conforto térmico, dentre outros, várias organizações como o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA) do Rio Grande Do Sul, disseminaram pelo país, projetos de assistência técnica à estas famílias, fato que pela relevância levou a inserção da moradia como direito fundamental na Constituição Federal promulgada no ano de 1988, a implantação do Primeiro Projeto de Lei Municipal em 1995, de assistência técnica pública e gratuita voltada às famílias carentes, pelo então vereador de Porto Alegre, da época Clóvis Ilgenfritz até à importante Lei em comento nesta pesquisa (MAMORÉ, 2011).

A demanda não se limita, tão somente ao quantitativo de moradia, mas também a qualidade do coletivo. Desta forma, esta Lei Federal de assistência técnica pública e gratuita, vem superar também um dos principais embates desta camada social de renda familiar de até

03 salários mínimos, que é acessar financiamentos junto às instituições financeiras públicas ou privadas, haja vista, que além da reduzida capacidade de endividamento desta camada, a responsabilização, planejamento, qualidade, segurança principalmente, os custos do fornecimento da assistência técnica desde o projeto até a conclusão da obra é transferida para organizações devidamente habilitadas, autorizadas e fomentadas com verbas orçadas e vinculadas pelas Esferas Municipais, Estaduais e Federal (MAMORÉ, 2011).

Outra conquista da Lei Federal 11.888/08, está a exclusão destas moradias da clandestinidade e ilegalidade, que as leva a embargos e até mesmo demolições pelos Poderes Executivo e Judiciário, por estarem disformes às determinações dispostas nas leis municipais. As edificações irregulares em muito prejudica a formação espaço público aberto como ruas, calçadas, praças, trânsito de pedestres e inclusive do acesso a estas moradias de veículos com entregas ou coletas, mesmo os essenciais como lixo, gás, entre outros (JACOBS, 2000).

A efetividade da Assistência técnica e manutenção desta assistência desde o projeto até a conclusão, provavelmente não será a salvação da organização do parcelamento do solo, mas com o passar dos anos, no compromisso dos governantes e governados, promoverá cidades planejadas, eficientes, mais seguras, acessíveis, melhor visual, valorização territorial, melhor distribuição demográfica, redução dos índices de criminalidade, redução dos problemas de saúde, melhoria da autoestima, estruturação familiar, isto é, uma possibilidade de construir um cartão postal da sociedade local (SOUZA, 2000).

Quanto as moradias, não será diferente, pois permitirá maior facilitação na obtenção de alvarás de construção, conclusão de obras, acessibilidade, aquisição de certidão da propriedade, valorização do imóvel, não ser edificadas em área de risco ou de preservação ambiental. O profissional habilitado, por seu conhecimento técnico permitirá que desde o projeto, a edificação siga os parâmetros legais de cada município como Plano Diretor, Estatuto da Cidade, resoluções e normatizações, inclusive as trabalhistas. A moradia adequada aos parâmetros legais, fornece elementos para que a família possa exigir do Poder Executivo e Legislativo, a legalização, assistência e manutenção, pois a população cumpriu com sua parcela obrigacional para uma sociedade melhor (FUJIKAWA, 2006).

Acrescenta-se aos benefícios desta assistência técnica, a redução de custos ao Estado, pois a ausência desta organização e a constituição de afavelamentos, força ao Estado a obrigação de remoção física desta camada, para locais distantes, que além do custo pelo fornecimento de moradias prontas e acabadas, a instalação de toda uma infraestrutura, como edificação de linha de transmissão de energia, água potável, esgoto pluvial e sanitário,

arruamento, construção de escolas, creches, hospitais, equipamentos públicos, entre outros, que normalmente pela insuficiência de recursos, transfere de local o problema habitacional e com dificuldades multiplicadas, inclusive sociais, pelo distanciamento de familiares e seu meio de convívio (REDÍGOLO, 2008).

3.2 Algumas Alterações realizadas sem Acompanhamento Técnico em Bairros de Teófilo Otoni

Percebe-se como por exemplo, nos Programas Minha Casa Minha Vida (PMCMV), estas, tiveram um projeto, com tecnicidade exigida para sua implantação.

Entretanto, poucas casas permanecem no estado e tecnicidade em que foram construídas. Em sua maioria, os moradores promoveram acréscimos ou modificações sem que haja um projeto e acompanhamento de profissional habilitado, destoando o padrão e formas originais, como demonstrado nas figuras adiante.

A Fotografia 1, extraída do Diário de Teófilo Otoni (2015), apresenta um conjunto habitacional edificado pelo PMCMV e em momento anterior à entrega aos futuros moradores, onde existem um padrão, ordem e tecnicidade.



Fotografia 1 – Conjunto habitacional edificado pelo PMCMV
Fonte: Diário de Teófilo Otoni (2015)

A Fotografia 2, pertencente ao acervo digital do autor, demonstra o contraste ao padrão da edificação original. Os moradores, sem quaisquer projetos da obra e acompanhamento de responsável técnico especializado, promovem mudanças ou acréscimos com risco de desabamentos, acidentes, elevação do consumo de energia e água potável, redução da estética, desperdício de materiais, edificações inúteis, perda de espaço, prejuízos

ambientais, dentre outros danos, inclusive aos vizinhos.



Fotografia 2 – Conjunto habitacional com benfeitorias
Fonte: Acervo digital do Autor (2018)

Com o auxílio técnico, poder-se-ia discutir sobre a utilização dos espaços e a alteração dos ambientes originais com auxílio de software que estão disponíveis no mercado. Tal utilização permitiria ao residente a visualizar como seria a obra após sua realização, permitindo-lhe promover alterações e adequações antes que fossem realizadas quaisquer execuções ou aquisições (SOUZA, 1999).

Após definida o design do acréscimo ou alteração, com eficiência poderiam ser escolhidos os melhores recursos e materiais a serem aplicados aquela obra a partir de três conceitos: a. Usabilidade – esforço físico e cognitivo, grau de satisfação após a execução. b. Aplicabilidade – ser personalíssimo. c. Criativo – conduzir ao residente a interagir entre o pretendido e ideal (PREECE; ROGERS; SHARP, 2005).

A contribuição do profissional capacitado utilizando-se destas ferramentas, evitariam a mudança radical do cenário e a ocorrências de equívocos obtidos em experiências descritas no tópico a seguir.

3.3 Algumas Experiências na Assistência Técnica Pública e Gratuita para o Projeto e a Construção de Habitação

Atualmente, apesar de toda a regulamentação nas esferas federal, estadual e municipal com seu plano diretor, não existe regulamentação no município de Teófilo Otoni, para a implementação da lei federal de nº 11.888 de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica gratuita para o projeto e a construção de moradia conforme as diretrizes gerais da política urbana. A garantia ao direito de assistência técnica pública

gratuita, conforme previsto no artigo 3º da referida lei deve ser efetivada mediante o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução dos serviços. Portanto, para que os Municípios recebam os recursos financeiros, sugere-se a elaboração de convênio para a implementação das diretrizes propostas pela lei federal (BRASIL, 2008).

Verifica-se que o artigo 4º da Lei Federal em comento, estabelece que os serviços de assistência técnica objeto de convênio ou termo de parceria com União, Estado, Distrito Federal ou Município devem ser prestados por profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, desde que atuem como servidores públicos da União, Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. Também poderá ser prestada por integrantes de equipes de organizações não governamentais sem fins lucrativos, ou ainda por profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo e engenharia ou em programa de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos, escritórios públicos, empresas juniores com atuação na área e por fim por profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município (BRASIL, 2008).

Esparsas são as experiências constatadas da tentativa de implantação do objeto determinado pela Lei Federal 11.888/08. Destas poucas tentativas, cita-se a dificuldade enfrentada pelo Município de Viçosa em Minas Gerais, que por falta de recursos financeiros e orçamentários, não podia contratar profissionais capacitados para a prestação da assistência técnica e gratuita para a elaboração do projeto e a construção de moradia visando atender às famílias de baixa renda.

Acrescenta-se às dificuldades nesta experiência, a alta rotatividade do quadro de funcionários que ocupam cargos nas secretarias e órgãos diretamente relacionados à construção de moradias e à assistência técnica, que impôs limitações na aplicação da lei nº 11.888 de 2008, embora já existisse a regulamentação a nível municipal através da lei 1.637 de 2005 (MORAES, 2012).

Destaca-se outra dificuldade vivenciada, a experiência do Escritório Público da capital Salvador, que em virtude da ausência de quantidade ou tecnicidade dos profissionais capacitados, ora não era realizado em tempo hábil, ora não era obtido qualidade nos projetos apresentados pelo município à Caixa Econômica Federal, para obter recursos do Ministério das Cidades, que tornaram-se obstáculos para recepção de verba do Governo Federal, prejudicando a efetividade da assistência técnica pública e gratuita (SANTOS;

GONÇALVES, 2015).

Salienta-se outra experiência ocorrida na Cabedelo, que situa-se a 19 km da Capital João Pessoa-PB. O Município de Cabedelo, com cerca de 31,9 km², com 1.815,57 hab./km², é o terceiro mais denso da microrregião de João Pessoa. A insuficiência de funcionários do município com capacitação técnica para a assistência técnica pública gratuita, prejudicou o andamento dos trabalhos. Desta forma, os poucos profissionais, foram direcionados para o setor da indústria e comércio, por entenderem que era mais prioritário. A Prefeitura Municipal, chegou a oferecer um salário mínimo para contratação de novos profissionais, entretanto, a oferta não se fez atraente, vindo a estagnar o projeto de cunho eminentemente social (SANTOS, 2016).

Soma-se ainda às experiências publicadas, a cidade próxima de Cabedelo, o Município de Santa Rita, que dista próximos 14 km da capital e possui área de 765,8 km², e cerca de 125 mil habitantes, com densidade de 165,95 hab./km². Através de sua Secretaria Municipal de Planejamento (SEPLAN), houve a tentativa da aplicação da Lei Federal 11.888/08, mas, a insuficiência de profissionais habilitados, foi um obstáculo para a efetividade do trabalho (SANTOS, 2016).

Portanto, firma-se a necessidade do convênio entre as Prefeituras Municipais e os Técnicos habilitados para suprir a carência dos profissionais que se tornou um dos principais obstáculos para a efetivação da Lei 11.888/08 (BRASIL, 2008).

3.4 A Legislação Federal sobre Assistência Técnica Habitacional

Nas ordenanças, há hierarquia. As legislações, não são diferentes. No Brasil, o pilar das leis é a Constituição Federal, que significa conjunto das Leis que regulam a vida de uma nação. Nela estão contidos seus Elementos como os Orgânicos, que determinam a estrutura do Estado e o Poder; Elementos Limitativos, que retratam os direitos e garantias fundamentais; Elementos Sócio-ideológicos, que determinam adequação às mutações da sociedade; Elementos de Estabilização Constitucional, que assegura solução de conflitos com justiça e democracia; Elementos Formais de Aplicabilidade, como o próprio nome, define as formas da aplicação efetiva das regras constitucionais (LENZA, 2009).

Nos 25 anos após a promulgação da Carta Magna de 1988, foram editadas mais de quatro milhões de normas nas esferas Municipais, Estaduais e Federal, que regem a rotina dos

brasileiros, ou seja, uma norma para cada 42 habitantes. Somente no âmbito federal foram mais de cento e cinquenta mil regulamentos, ou seja, quase 18 normas federais por dia (IBPT, 2014).

A moradia por ser um direito fundamental contido nos Elementos Limitativos desta Constituição, vincula positivamente todos os órgãos concretizadores deste direito. Por consequência, para sua realização, necessário a regulação por leis Infraconstitucionais, que detalham sua aplicação de forma mais justa (CANOTILHO, 1987).

A centralização em uma das três esferas do Estado da obrigatoriedade do cumprimento deste direito fundamental, pela prática, não se tornou eficaz ao cidadão. Sendo necessário que fosse vinculado a responsabilização em conjunto esferas municipal, Estadual e Federal. Entretanto, para tanto, faz-se necessário regulações delimitadas, como descrevemos em normas próprias a seguir (MITIDIERO, 2007).

3.4.1 Constituição Federal de 1988

A Carta Magna instituída no ano de 1988 (CF/88), teve inserida em seu artigo sexto, através da Emenda Constitucional de nº 26/2000, acréscimo nos direitos sociais, o direito à moradia e diretrizes para a política de habitação urbana, nos ditames do especificado na alínea “r”, do inciso V do caput do Art. 4º da Lei 10. 257/01, que rege os Artigos Nº 182 e 183 da mesma Carta (BRASIL, 1988).

Entretanto, desde a promulgação da CF/88, ainda que de forma infraconstitucional, o direito de moradia estava acobertada nos termos da regulamentação do Art. 23, IV da mesma carta, em que proporciona aos entes federados a devida competência para promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico (LENZA, 2009).

A premissa, surge do entendimento da dignidade da pessoa humana (Art. 1º, III da CF/88), direito à intimidade e à privacidade (Art. 5º, X da CF/88) e de ser a residência asilo inviolável (Art. 5º, XI), que, desde os primórdios, o ser humano, vem buscando adquirir segurança para si e seus entes queridos, como em cavernas, alto das árvores, cabanas, etc. Com o passar do tempo, pelo crescimento populacional e densidade demográfica, a necessidade da segurança vêm crescendo em ritmo verticalizado, sendo necessário a consolidação da definição de asilo inviolável objetivando resguardar os direitos fundamentais

à moradia individual e familiar (CLEMENTE, 2011).

Face à este contexto, que a ciência jurídica, percebeu a necessidade de entabular legislações específicas que viessem a assegurar ao indivíduo e sua família, a reserva e inviolabilidade da moradia como parte integrante da dignidade humana, portanto um direito social e fundamental definido em Lei máxima, que é a Constituição Federal (CLEMENTE, 2011).

Inserido na Carta Suprema do País, isto é, na Constituição Federal, que o cidadão tem direito à moradia, esta, passa a ser um direito fundamental. Tornando-se uma obrigação do Estado em suprir esta necessidade, que ausente, fere a dignidade humana. Acrescenta-se que o direito à moradia, não se limita a oferta ao cidadão de residência pronta e acabada. Mas, também em proporcionar que o cidadão que tenha interesse em edificar, tenha o apoio técnico necessário. Para que o Estado possa proporcionar este direito fundamental, é necessário que a lei seja pormenorizada em suas disposições gerais e abstratas, isto é, regulamentada, que surge um entrave, por ser necessário força e vontade política para promover tal regulamentação. (ROBERT. 2002).

3.4.2 Lei Federal 10.257/2001 - Estatuto da Cidade

Dentre as regulamentações dos artigos 182 e 183 da CF/88, objetivando corrigir o planejamento e vencer os entraves das aglomerações populacionais urbanas e rurais, encontra-se a Legislação Federal de nº 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade.

Esta lei, deriva dos seus antecedentes Lei 6.766/1979 (Parcelamento do Solo Urbano); Lei nº 7.347/1985 (Ação Civil Pública) e Nº 9.790/1999 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's) mais conhecida como a Lei da parceria público privada, que sofreu alteração através da Lei 13.019 de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (BRASIL, 2014).

O Estatuto da Cidade, visa estabelecer diretrizes gerais da política urbana, denominado Plano Diretor Urbano. Este Plano, reconhecido internacionalmente como um marco regulatório da reforma urbana, através de mecanismos tributários, urbanísticos e jurídicos, visam garantir a descentralização do sistema organizacional dos grandes centros, para as cidades de menor porte, proporcionando melhor gestão pública administrativa e financeira, qualidade de vida, proteção ao meio ambiente, ao patrimônio histórico, moradia

digna, dentre outros (BRASIL, 2001).

Esta norma determinou que os municípios com até 20 mil habitantes ou que estejam integradas nas regiões metropolitanas, ou que detenha empreendimentos de impacto ambiental ou atrativos turísticos, estão obrigados a elaborar e implantarem o Plano Diretor, sob pena de sanção legais e a exclusão de acesso à verbas do Governo Federal.

Acrescenta-se às determinações, a obrigatoriedade para elaboração, implantação e manutenção deste Plano Diretor, a participação popular, através de suas entidades de representação como o Executivo e legislativo municipal, órgãos Estaduais e federais, organizações comunitárias, entidades de classe, instituições de ensino, ONGs, Igrejas, entidades patronais e opinião pública, evitando-se incorrer no erro da prevalência política sobre a tecnicidade e necessidade real dos seus habitantes (CREA-MG, 2006).

Após sua aprovação, esta lei urbanística, por ser determinada em um país continental, com diversidade cultural, renda per capita diversificada, desigualdade social, diferenças climáticas, desequilíbrio político econômico, inconstância da arrecadação e distribuição orçamental, dificuldades de acesso, ausência de infra estrutura, dentre outros, teve necessidade de ser complementada por diversas outras legislações.

Dentre as Medidas complementares, encontra-se Provisória Nº 2.220/2001 (Concessão de uso especial para fins de moradia); Leis Federais Nº 11.079/2004 (Parcerias público - privadas); Nº 10.931/2004 (Crédito e registro imobiliário); Nº 11.107/2005 (Consórcios públicos); Nº 11.124/2005 (lei de iniciativa popular que criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS); Nº 11.445/2007 (Política de Saneamento); Nº 11.481/2007 (Terras da União); Nº 11.888/2008 (assistência técnica para comunidades); Nº 11.977/2009 (criou o Programa “Minha Casa, Minha Vida” – PMCMV e dispôs sobre regularização fundiária); Nº 11.952/2009 (Amazônia Legal); Nº 12.305/2010 (Política de Resíduos Sólidos), a mais recente sendo a Lei Federal Nº 12.608/2012 (Política Nacional de Defesa e Proteção Civil) (BRASIL, 2001 à 2012).

Entretanto, além destes temas jurídicos, destaca-se aos problemas sofridos para a implantação do Plano Diretor, a carência da parte técnica. Em sua maioria, não há propostas e intervenções baseadas em projetos urbanísticos e individuais à bairro, rua e a cada residência. Os municípios não têm capacitação e mão de obra especializada disponível para acompanhar desde o projeto até sua completa edificação as moradias do município, principalmente dos munícipes de baixa renda, causando uma segregação sócio espacial da população mais carente, apesar de todo o amparo jurídico (SANTOS Jr.; MONTANDON, 2011).

Diante desse entrave veio surgir a Lei 11.124/05, conforme detalhado na próxima seção.

3.4.3 Lei Federal de Nº 11.124/05

No ano de 2005 foi instituída a lei 11.124, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) que trata a moradia digna como direito e vetor de inclusão social (art. 4º, I, b). No escopo desta lei, também determina a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e estabelece o Conselho Gestor do FNHIS, nos quais objetivam viabilizar para a população de menor renda o acesso a terra urbanizada e à habitação digna e sustentável; implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso a habitação voltada à população de menor renda e articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor de habitação (FERREIRA, 2012).

O que se observa da citada lei, é que sua efetivação é verticalizada, isto é, os órgãos gestores a nível federal, possuem uma visão geral, a nível de nação, não se levando em conta cada particularidade dos Estados e Municípios. Inicialmente, alguns projetos foram bem sucedidos. Segundo Dados da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades – SNH, 554 Planos Locais de Habitação de Interesse Social, tiveram conclusão, porém insuficientes quando se compara com a existência de 3.798 municípios catalogados (DENALDI, 2013).

Os municípios, em sua maioria, não possuíam capacidade administrativa, organização determinada em lei municipal e funcional para gerir os projetos, nos moldes exigidos pelo gestor federal, que vieram a criar sérias dificuldades para a sua aplicação prática. Acrescenta-se aos obstáculos, que após o ano de 2006, com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), o Governo Federal, deu prioridades a obras de maior abrangência e infraestrutura que englobasse grandes empreiteiras, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com esta corrente, as verbas destinadas à política habitacional, foi reduzida em detrimento destes grandes investimentos (KRAUSE, 2013).

Outro entrave para a evolução da Lei 11.124/05, ocorreu no ano de 2009, que desviou a parcela restante para a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), instituída através da Lei 12.424/2011, que apesar de conceder novas moradias às

populações carentes, foram edificadas em locais impróprios, ausentes de serviços públicos e infraestrutura, bem como, pela distância e falta de transporte adequado, cria diversos problemas para seus moradores chegarem até seu local de trabalho. Tendo portanto, solução mediana de moradia, porém, além de criar novos transtornos, não contribuíram para os objetivos da lei 11.124/05 (CHRISTOVÃO; MATTIOLLI, 2013).

3.4.4 Lei Federal de Nº 11.888/08

Face ao quadro anteriormente exposto, surgiu-se a necessidade da regulamentação promovida pela Lei 11.888/08 (VALE, 2008), que proporcionou a nível municipal, estadual e federal, o direito à assistência técnica gratuita para o projeto e acompanhamento da construção da habitação que estejam inseridas no contexto social e na Política Nacional de Habitação, PNH, que visa erradicar a deficiência quantitativa e qualitativa da moradia das famílias de baixa renda (DALLARI; FERRAZ, 2010).

Desta forma, o objetivo da Lei 11.888/08, é focado na viabilização do desenvolvimento e organização habitacional urbana, através da assistência técnica gratuita, ofertada pelo Poder Público, desde o projeto, até o término da pretendida obra da residência da família que se enquadra como baixa renda. O que seria inacessível à massa populacional, que com a institucionalização do conceito propriedade, embasada no capital, foi forçada a alojar-se à margem dos núcleos habitacionais, que tem características da ausência de amparo e infraestrutura das necessidades básicas de uma habitação condigna (ALFONSIN, 2008).

Nesta legislação, estão definidas as obrigações do Poder Público nas três esferas, a responsabilidade de conceder a assistência técnica gratuita, inclusive o projeto, acompanhamento da execução da obra de reforma, ampliação, edificação e regularização, por profissionais da linha de Engenharia Civil, arquitetura e urbanização. Visando proporcionar às famílias de baixa renda moradias que estejam adequadas às posturas legislativas municipais, por conter conforto ambiental e higiene, segurança, acessibilidade, estética e lógica (MITIDIERO, 2007).

A legislação não se limita a edificação urbana, o art. 2º da citada lei, estende o direito às moradias rurais de interesse social, que também se enquadram no mesmo parâmetro sócio econômico. Além que a responsabilização da seleção do público alvo é do poder público municipal. Daí surge a necessidade do município promover através do seu legislativo com a

participação de representações do povo, como cooperativas, associações de moradores, grupos organizados focados na habitação, órgãos colegiados, organizações governamentais sem fins lucrativos, os parâmetros da regulamentação e adequação da lei federal às necessidades peculiares do município, evitando-se distorções por região, caso a regulamentação seja realizada somente a nível federal ou até mesmo a nível Estadual, por tratar-se de um país continental com diversas culturas e alto desequilíbrio social (CAMACHO; ABDALLA; CARVALHO, 2014).

Com a descentralização deste apoio técnico, o governo Federal, fica na obrigatoriedade em distribuir verbas satisfatórias e proporcionais aos municípios que estejam aptos a conceder a assistência técnica gratuita nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia, como o fundo Nacional de Habitação de interesse Social (FNHIS), bem como a fomentação de outros recursos oriundos do orçamento ou parcerias público privadas. Que sem este suporte financeiro, praticamente é impossível que os municípios venham pôr em prática a regulamentação e execução desta assistência técnica gratuita. Os orçamentos municipais em muito já se encontram esgotados e não estão conseguindo suprir os demais direitos sociais, como saúde e educação (MITIDIERO, 2007).

Em continuidade, o art. 3º da Lei em comento, possibilita que esta assistência técnica, inclusive em regime de mutirão, às famílias de baixa renda, seja ofertada às cooperativas ou associações de moradores, na regularização de assentamentos ou loteamentos clandestinos. Público selecionado por colegiados municipais, com representação do comando e comandados, consolidando a plena democracia e isonomia seletiva, evitando-se a seleção com fins eleitorais (VICHI, 2011).

Os profissionais ao realizarem a pretendida assistência técnica, necessitam ter conhecimento das áreas de urbanismo, arquitetura e engenharia e estar como servidor público efetivo, apesar de não excluir os não pertencentes à este quadro, quando acobertados por convênios com o ente público ou pertencentes a graduações acadêmicas de arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, desde que tenham a capacitação necessária e não tenham quaisquer vínculos empregatícios com o Estado, conforme previsto no art. 111 do Decreto-Lei nº 200/67, nem tampouco podem ter prestação continuada e sem prazo determinado, para não configurar terceirização não amparada pelo nosso ordenamento jurídico (MAGALHÃES, 2012).

A legalidade desta contratação sem concurso público, dos profissionais que realizarão a assistência técnica gratuita, encontra-se amparado no Art. 4º da Lei 11.888/08.

Porém, devem obedecer transparente processo de seleção. Esta exceção se deu face as dificuldades e carências dos Estados e Municípios em terem nos seus quadros, técnicos capacitados e disponíveis para realizarem esta assistência técnica gratuita (BRASIL, 2008).

O objetivo legal desta legislação, restou consolidado a intenção do Poder Público, através da atuação de suas três esferas, Municipal, Estadual e Federal, parcerias público privada e entidades acadêmicas, em atender, aprimorar, corrigir, planejar, otimizar, aproveitar, democratizar conhecimento, aperfeiçoamento qualitativo dos projetos, inovação tecnológica, a atuação de engenharia, arquitetura e urbanismo nos módulos habitacionais executados pela população de baixa renda, evitando-se a aglomeração de favelas em torno dos núcleos populacionais, que tem por consequência a insatisfação gerada pela afronta à dignidade humana (MORAES, 2012).

Acrescenta-se que, estando a legislação devidamente regulamentada, proporcionará a distribuição dos recursos orçamentários com este fim habitacional. O que evita a distribuição desta verba sem organização e participação representativa deste público alvo, que promove desvios e estes valores não alcancem as famílias carentes, por se perderem frente às burocracias e entraves governamentais. Sem contar que os técnicos envolvidos nesta prestação de serviço, principalmente os acadêmicos, têm a oportunidade no aperfeiçoamento, qualificação, oportunidade da aplicação teórico-prática e despertar do empreendedorismo (CAMACHO; ABDALLA; CARVALHO, 2015).

Apesar da expressa determinação legal da constituição federal, constituindo o direito à moradia como preceito fundamental, pela ausência de interesse Político, esta legislação se faz ineficaz. Poucos os municípios que promoveram a regulamentação e adequação, uma por ausência de recursos, outra por ausência de conhecimento e por fim o próprio envolvimento do agente público com a realização e incremento da dignidade dos seus comandados (SANTOS, 2016).

Como consequência da indiferença, estão os elevados custos à política pública em corrigir as catástrofes que ocorrem a cada evento climático ou até sismográfico, abarrotando as secretarias de Defesa Civil, que poderiam ser evitados com o trabalho preventivo e preditivo, reduzindo expressivamente o custo, sem contar a preservação de vidas e a elevação da autoestima da população de baixa renda, que se sentem valorizados quando possuem moradias condignas e respeitadas pelo Poder Público (SANTOS, 2016).

O Poder Público quem garantirá a verba necessária para financiar esta assistência técnica gratuita às famílias de até 03 salários mínimos como renda. Estes recursos são

oriundos dos fundos federais, estaduais e municipais que foram vinculados ao uso da habitação de interesse social. Podendo também, ser somados aos provenientes das parcerias público-privadas (MORAES, 2012).

O FNHIS, disponibiliza recursos dos Programas de Urbanização de Assentamentos Subnormais e de Habitação de Interesse Social, que por sua vez, recebe dotação da União através do apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), e outros como empréstimos, contribuições e doações físicas ou jurídicas (ANCONA, 2008). Soma-se ao benefício, a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), através da Lei Federal no 11.124/05, que tem meta a implantação de programas que proporcionem à população carente o direito ao acesso a moradia digna (BRASIL, 2005).

Um dos maiores entraves, encontra-se no conhecimento do acesso a estas verbas. A Lei Federal 11.888/08, alterou a regulamentação com o SNHIS, incluindo a assistência técnica gratuita ofertado pelas áreas de arquitetura e urbanismo (BRASIL, 2008). A Verba é disponibilizada aos Municípios. Porém estes, necessitam estar devidamente adequados, regulamentados, terem determinados as diretrizes através dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social, em consonância com os Planos Diretores e os Planos de Proteção Ambiental (MORAES, 2012).

Sendo assim, a distribuição deste recurso aos Municípios é menos oneroso aos cofres públicos, sem contar a redução da distância entre a família carente e o governo federal, que detém a verba pertinente. Além do aperfeiçoamento do técnico, melhoria habitacional, estética visual dos núcleos habitacionais e satisfação pela dignidade humana. Que quando não efetivados são acessíveis tão somente à elite, que perfazem a minoria populacional (MAMORÉ, 2011).

3.5 Atores Habilitados para Assistência Técnica Habitacional Pública Gratuita

Para a prestação da assistência técnica gratuita na formação do projeto e acompanhamento da construção de habitação de interesse social, o Art. 4º da Lei Federal 11.888/08, determina a participação de profissionais com formação em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia que estejam vinculados por convênio ou termo de parceria com a União, Estado, Distrito Federal ou Município (BRASIL, 2008).

Na Lei 11.888/08 determina o mesmo Artigo em seus incisos, que estes

profissionais devem figurar: na qualidade de servidores públicos, que são os pertencentes aos quadros do Executivo nas três esferas, por concurso ou processo seletivo ou Integrantes de equipes de organizações não-governamentais sem fins lucrativos. Essas organizações conhecidas como Organizações não governamentais (ONGs), devem ser constituídas formalmente, com funcionamento de forma autônoma, que visem ações solidárias (SENADO, 2008);

Ainda estão autorizados os centros permanentes que intervenham em demandas municipais, que possuam profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área ou profissionais autônomos ou integrantes de equipes de pessoas jurídicas, previamente credenciados, selecionados e contratados pela União, Estado, Distrito Federal ou Município (FERNANDES, 2014).

Dentre os atores integrantes de equipes de pessoas jurídicas, está a possibilidade desta prestação assistencial por convênio entre o Executivo Municipal e empresas juniores das instituições de ensino superior, na forma de extensão universitária conforme determina a Lei Federal nº 13.267 de 06 de abril de 2016, que dispõe acerca da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como amparado pelo Art. 207 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2016).

Como exemplo, as instituições de ensino superior do Município de Teófilo Otoni, possuem graduandos e professores capacitados em engenharia e arquitetura, que através dos atores envolvidos como escritório modelo, extensão universitárias, empresa júnior vinculada a instituições de ensino superior, podem realizar o importante papel social desta assistência técnica e confeccionar para a Caixa Econômica Federal (CEF), os projetos que permitam a estes atores a recepcionarem a verba Federal com objetivo de suprir os custos desta assistência nos moldes entabulados na Lei Municipal de Teófilo Otoni, nº 5.892/08, para a construção e melhorias às moradias nos termos das Legislações Federais Nº 11.888/08 (BRASIL, 2008).

3.6 As Etapas para o acesso à Assistência Técnica Gratuita

Para melhor compreensão, faz-se uma síntese do trâmite (veja Figura 1), para que se faça possível à família carente obter o acesso à verba federal que se encontra disponível

para o pagamento dos honorários do profissional que realizará o projeto e acompanhamento da obra nas moradias de famílias com renda de até 03 salários mínimos, nos termos da Lei Federal nº 11.888/08. Manual do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e Institutos de Arquitetos do Brasil (MORAES, 2017).

- Primeira etapa (Art. 3º da Lei Federal 11.888/08):

Para que sejam selecionadas as famílias que preencham os requisitos e para o planejamento das prioridades e acompanhamento das etapas de execução, o Município, por meio de representações associativas da população ou órgãos governamentais próprios como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e setor de fiscalização e obras, promovem o levantamento das necessidades e realizam a triagem nos termos da federal Lei 11.888/08, como a situação física para regularização fundiária, área total territorial, infraestrutura disponível, preexistência e condicionantes, renda familiar, dentre outros.

O setor responsável do Executivo Municipal, propõe ao Ministério das Cidades (FNHIS) a convenção de convênio ou parceria para o repasse das verbas federais destinadas a assistência técnica gratuita. Estabelecido o convênio ou parceria, o Ministério das cidades, através do Agente Financeiro (atualmente a Caixa Econômica Federal), disponibiliza os recursos financeiros para às famílias a serem atendidas.

- 2ª Etapa (Art. 4º da Lei Federal 11.888/08):

Os atores habilitados profissionalmente, através de Lei aprovada pela Câmara Municipal, efetivam convênio ou parceria com o Executivo Municipal, para a seleção, qualificação e oferta de profissionais, gestão, acompanhamento das execuções e receber recursos para a Assistência técnica.

Segundo a determinação da lista selecionada por prioridade, a família, contacta um dos atores habilitados e apresenta sua necessidade técnica e financeira.

O protagonista habilitado e a família pactuarão contrato contendo objeto, prazos, condições, remuneração, acompanhamento e fiscalização, para promover a devida assistência técnica necessária, como projeto e acompanhamento da construção, reforma ou melhoria, devidamente aprovado pelos órgãos públicos competentes, órgão fiscalizador – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e pleitear os recursos financeiros do governo Federal, através da instituição financeira, para custear os serviços desta assistência.

- 3ª Etapa (Art. 5º da Lei Federal 11.888/08):

O técnico, tem a responsabilidade pelo cumprimento das etapas e serviços

definidos em contrato. Findo cada etapa é repassado a verba honorária pela instituição financeira.

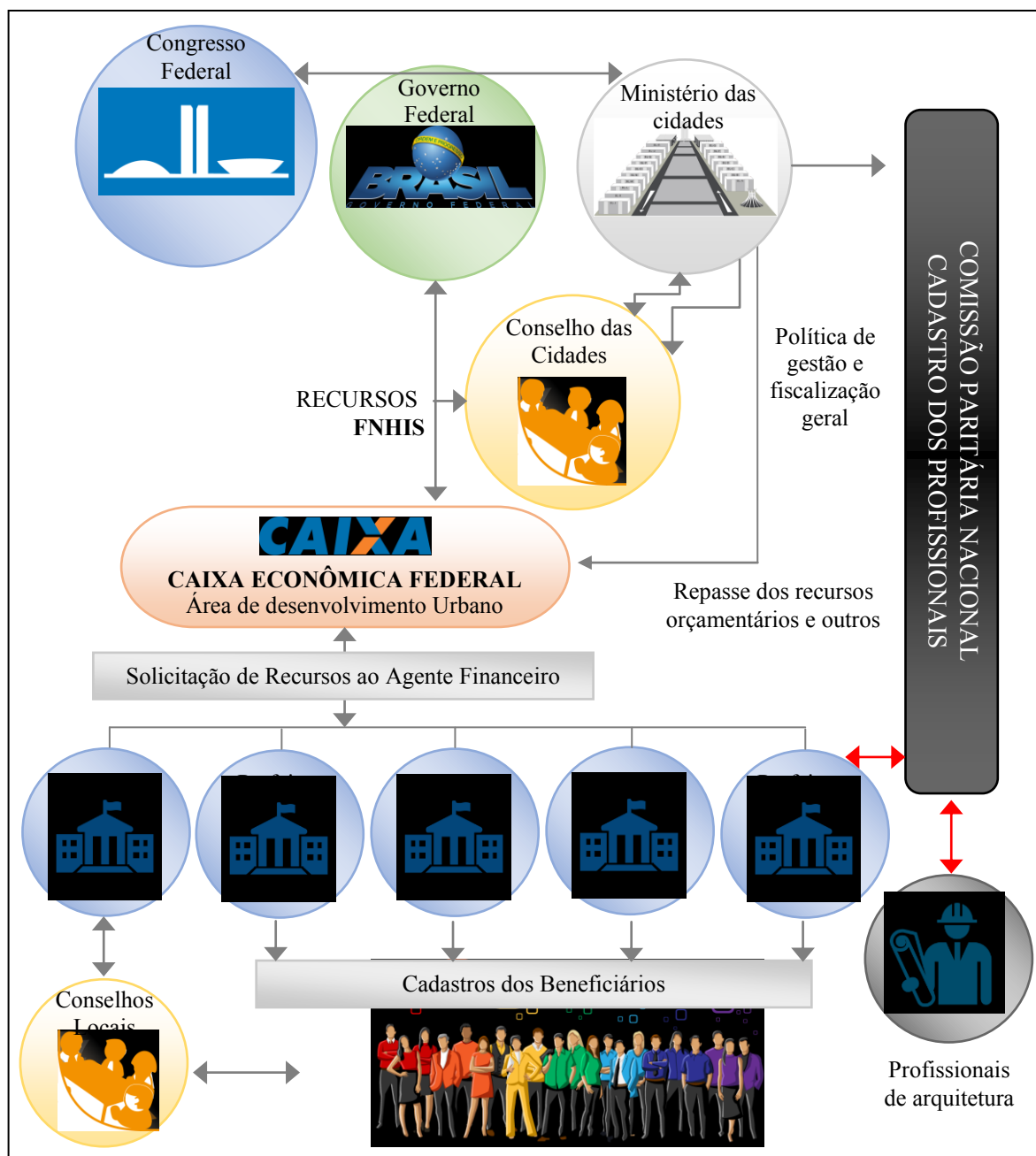


Figura 1 – Macroestrutura do Programa de Assistência Técnica
Fonte: Desenvolvido pelo autor a partir de Santos (et al., 2010)

- 4ª Etapa (Art. 5º da Lei Federal 11.888/08):

Finalizado os serviços, é realizado um relatório de avaliação sobre a qualidade e conclusão, em conjunto pelo órgão fiscalizador do executivo municipal, técnicos, Instituição Financeira e a família, para a liberação da última parcela dos honorários.

CAPÍTULO 4 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

“Compra a verdade, e não a vendas; e também a sabedoria, a instrução e o entendimento”.

Provérbios 23:23

4.1 Classificação da Pesquisa Quanto à abordagem

Com o intuito de um maior entendimento da problemática estudada, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica que é indicada por Gil (2007), como a forma de obter informações a partir de materiais já produzidos por outros pesquisadores.

Para realização desta pesquisa, foi necessário sintetizar comentários de outros autores à Constituição Federal de 1988, as Leis Federais nº 10.257/2001, nº 11.124/05, nº 11.888/08, nº 13.267/16, para orientação e justificação de um possível convênio entre a Prefeitura Municipal de Teófilo e os técnicos habilitados que possam usufruir dos recursos financeiros federais destinados a assistência técnica pública e gratuita às moradias de família com renda de até três salários mínimos.

4.1.1 Classificação da Pesquisa Quanto à Natureza

Quanto a natureza, essa é uma pesquisa **aplicada**, que tem por fim, a geração de diagnóstico dos dados estatísticos (GIL, 2002) das moradias de famílias com renda inferior a três salários mínimos, situadas na Região Sul do Município de Teófilo Otoni, assistida pelo CRAS SUL.

4.1.2 Classificação da Pesquisa Quanto aos Objetivos

A pesquisa é **preditiva e documental** (ROLNIK; NAKANO, 2008), que busca vincular ligação e prioridades de ações da aplicação da Lei Federal 11.888/08, entre variáveis tomadas por base estatísticas e analíticas a serem realizados nos questionários de segunda mão existentes no banco de dados (documentos impressos) do CRAS SUL.

4.1.3 Classificação da Pesquisa Quanto aos Procedimentos

Quanto ao **delineamento**, que dispõe de pesquisa bibliográfica, análise da legislação e estudo de caso, divididos em dois grupos, o primeiro a pesquisa bibliográfica, que fundamenta a pesquisa em livros, dissertações, artigos científicos, revistas, sites de pesquisa da internet, teses, dentre outras fontes que retratam o objeto da pesquisa. O segundo, a pesquisa documental do banco de dados (documentos impressos) situados no CRAS Sul e o levantamento estatístico com prioridade de ação nos termos da Lei Federal 11.888/08.

A coleta dos dados ocorreu a partir de questionários aplicados pelo CRAS-Sul, tendo como fonte um documento impresso em papel, que foi posteriormente fotocopiado e lançado em planilhas Excel, para serem analisados os dados de cada família no SPSS. Conduto na seção 4.4 foi melhor detalhado sobre a coleta de dados.

As variáveis serão dispostas por cada família e suas moradias. Serão tabulados e cruzados pelo método Estatística descritiva e Tabela de referência cruzada, no programa específico IBM.SPSS.Statistics.v22.x86-EQUiNOX.

A Estatística Descritiva é constituída pelo conjunto de métodos destinados à organização e descrição dos dados através de indicadores sintéticos ou sumários (SILVESTRE, 2007).

Pelo resultado ofertado, serão realizados diagnósticos das necessidades destas moradias das famílias com renda de até três salários mínimos. Os diagnósticos, servirão por base das prioridades de ações a serem tomadas pelo Poder Público competente, bem como de Justificativa para a formação de convênio entre os Profissionais de Arquitetura e Engenharia Civil com o Executivo Municipal de Teófilo Otoni, Estadual e Federal.

4.2 Caracterização do Município Estudado

Cravado no Vale do Mucuri, situado no Nordeste do Estado de Minas Gerais, o município de Teófilo Otoni, é considerado cidade polo regional. O vale do Mucuri possui 27 (vinte e sete) municípios: Águas Formosas, Ataléia, Bertópolis, Campanário, Carlos Chagas, Catuji, Crisólito, Frei Gaspar, Fronteira dos Vales, Itaipé, Itambacuri, Jampruca, Ladainha, Malacacheta, Machacalis, Ouro Verde de Minas, Pavão, Pescador, Poté, Serra dos Aimorés, Teófilo Otoni, Umburatiba e mais 4 municípios que foram criados em 1995: Franciscópolis,

Novo Oriente de Minas, Santa Helena de Minas e Setubinha (PMTO, 2015).

O município é limitado ao Norte por Novo Oriente de Minas e Itaipé, ao Sul por Ouro Verde de Minas, Ataléia, Frei Gaspar e Itambacuri, ao Leste por Pavão e Carlos Chagas e a Oeste por Poté e Ladainha.

Tabela 2 – Informações sobre o município de Teófilo Otoni

Informações sobre o Município de Teófilo Otoni									
População ⁽¹⁾ (localização / faixa etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou mais	Total
URBANA	2000	7.233	3.813	17.329	7.249	14.402	15.823	36.963	102.812
	2007	5.540	3.118	16.044	5.630	13.492	16.732	41.648	102.204
	2010	5.824	3.001	16.088	5.836	13.821	18.367	47.139	110.076
RURAL	2000	2.111	1.292	5.511	1.658	3.337	3.466	9.237	26.612
	2007	1.663	926	4.341	1.459	2.985	3.484	9.454	24.312
	2010	1.525	907	4.294	1.334	2.867	3.643	9.804	24.374
TOTAL	2000	9.344	5.105	22.840	8.907	17.739	19.289	46.200	129.424
	2007	7.203	4.044	20.385	7.089	16.477	20.216	51.102	126.516
	2010	7.319	3.908	20.382	7.170	16.688	22.010	56.946	134.450
PIB₍₂₎	IDH₍₃₎	IDI₍₄₎		Taxa de Analfabetismo₍₅₎					
1.044,091	0,74	0,57		População de 10 a 15 anos			População de 15 anos ou mais		
				4.10			18.30		

Fonte: Censo IBGE (2000; 2010).

Caracteriza-se por uma população estimada em 2014 de 140.567 habitantes, com área geográfica de 3.242,270 Km², possuindo assim a densidade demográfica de 41,56 hab./Km². Observando-se a Tabela 2, observa-se que a população do município ampliou quantitativamente, (inclusive na faixa dos mais idosos na região urbana em 27,53% no período), entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, à taxa de 0,43% ao ano, passando de 129.096 para 134.745 habitantes. Essa taxa foi inferior àquela registrada no Estado, que ficou em 0,93% ao ano e inferior à cifra de 1,06% ao ano da Região Sudeste. A taxa de urbanização apresentou alteração no mesmo período (PMTO, 2015).

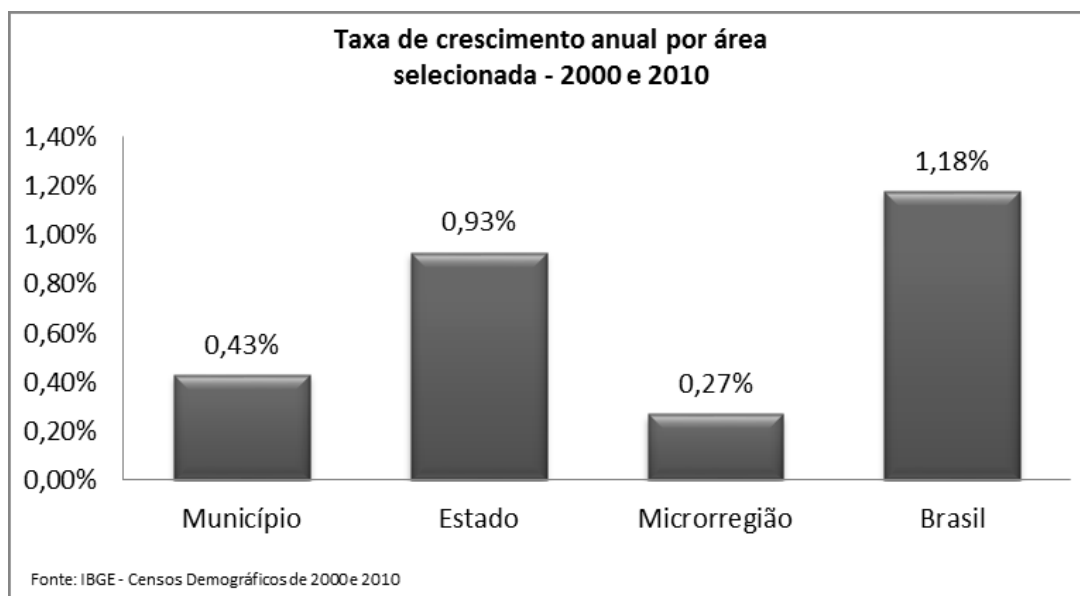


Gráfico 1 – Taxa de crescimento anual – 2000 e 2010

Fonte: Adaptado Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni – Censo IBGE (2000 e 2010).

Conforme demonstra no Gráfico 1, entre 2000 e 2010, a população de Teófilo Otoni cresceu a uma taxa média anual de 0,40%, enquanto no Brasil foi de 1,18%, no mesmo período. Nesta década, conforme demonstração da Tabela 3, a taxa de urbanização do município passou de 79,44% para 81,69%. Foi identificado que os dados fornecidos pelo município não conferem com os dados fornecidos pelo IBGE, os dados do IBGE retratam no ano de 2000 que, o município pesquisado possuía 129.096 habitantes para um total de 134.745 habitantes no ano de 2010 (conforme Tabela 2); Já os dados identificados no Município (conforme Tabela 3) no ano de 2000 existiam 129.424 habitantes e no ano de 2010 existiam 134.745 habitantes (PMTO, 2015).

Tabela 3 – População total, por Gênero, Rural/Urbana – Teófilo Otoni – MG

POPULAÇÃO TOTAL – GÊNERO/RURAL/URBANO – TÉOFILO OTONI – MG						
População	População (1991)	% do total (1991)	População (2000)	% do total (2000)	População (2010)	% do total (2010)
População Total	130.017	100,00	129.424	100,00	134.745	100,00
Homens	62.386	47,98	62.177	48,04	64.466	47,84
Mulheres	67.631	52,02	67.247	51,96	70.279	52,16
Urbana	101.111	77,77	102.812	79,44	110.076	81,69
Rural	28.906	22,23	26.612	20,56	24.669	18,31

Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni - PNUD, Ipea e FJP

Podemos observar pela Tabela 4, que a renda per capita média de Teófilo Otoni cresceu 105,58% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 299,32, em 1991, para R\$ 415,51, em 2000, e para R\$ 615,34, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento

nesse período de 3,87%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,71%, entre 1991 e 2000, e 4,00%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 52,92%, em 1991, para 34,36%, em 2000, e para 17,79%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,62, em 1991, para 0,60, em 2000, e para 0,57, em 2010 (PMTO, 2015).

Tabela 4 – Renda, Pobreza e Desigualdade – Teófilo Otoni - MG

RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE – TEOFILO OTONI – MG			
	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	299,32	415,51	615,34
% de extremamente pobres	23,94	13,22	5,47
% de pobres	52,92	34,36	17,79

Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni - PNUD, Ipea e FJP, 2015.

De 2000 a 2010, a proporção de pessoa com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo reduziu a 46,0%. Em 2010, 81,3% da população vivia acima da linha da pobreza, 12,2% encontrava-se na linha da pobreza e 6,5% estava abaixo. Em 2000, a participação dos 20% da população mais rica da cidade no rendimento total municipal era de 65,4%, ou seja, 33 vezes superior à dos 20% mais pobres, que era de 2,2%. Também em 2000 segundo a prefeitura, havia registro de favelas e palafitas, além de ocorrências de loteamentos irregulares, porém atualmente há legislação municipal específica que dispõe sobre regularização fundiária e sem plano ou programa específico de regularização fundiária. (Plano Municipal de Educação 2015 – 2024, Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, 2015, pag. 46).

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, a população total era de 134.745 residentes, dos quais 8.492 se 47 encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isso significa que 6,3% da população municipal vivia nessa situação. Do total de extremamente pobres, 3.722 (43,8%) viviam no meio rural e 4.770 (56,2%) no meio urbano (PMTO, 2015).

Tabela 5 – Indicadores de Habitação – Teófilo Otoni – MG

INDICADORES DE HABITAÇÃO – TÉOFILO OTONI – MG			
	1991	2000	2010
% da população em domicílio com água encanada	61,96	76,86	94,78
% da população em domicílio com energia elétrica	80,46	94,02	98,78
% da população em domicílio com coleta de lixo*	64,77	88,67	96,72

*somente para população urbana

Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni - PNUD, Ipea e FJP (2015)

Das pessoas ocupadas, 4,7% não tinham rendimentos e 52,9% ganhavam até um salário mínimo por mês. O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 1.081,77. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 1.346,26 e entre as mulheres de R\$ 808,52, apontando uma diferença de 66,51% maior para os homens (Plano Municipal de Educação 2015–2024, Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni, 2015).

De acordo com a Constituição do Município de Teófilo Otoni, no inciso VII do artigo 18 é competência do município, em comum com demais membros da Federação, formular e executar política habitacional, visando à ampliação da oferta de moradia destinada prioritariamente à população de baixa renda, bem como à melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

O plano Diretor do Município de Teófilo Otoni em Minas Gerais, Lei de n 5.892 de 10 de dezembro de 2008, no inciso XII do artigo 29 estabelece entre as diretrizes da política habitacional implantar programa de Orientação Técnica para projetos e obras, com estímulo a convênios com universidades e instituições de pesquisa

Na presente pesquisa, é delimitado o diagnóstico das moradias e famílias de baixa renda assistida pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS SUL) composto pelos Bairros Cidade Nova, Frei Júlio, Jardim São Paulo, São Benedito, Taquara, Vila Barreiros, Vila Esperança (que engloba Vilinha), Vila Jacaré e Vila Progresso (que engloba Tancredo Neves), do Município de Teófilo Otoni. Esta delimitação, fundamenta-se por ser a região mais carente do Município de Teófilo Otoni.

4.3 Etapa de coleta dos dados no CRAS-Sul

Esta etapa constitui de um levantamento de dados e definição de variáveis para a elaboração de um diagnóstico do perfil sócio econômico dos domicílios na área de

abrangência do estudo. Para coletar os dados necessários a este estudo, o primeiro órgão visitado foi a Câmara Municipal de Teófilo Otoni, por se tratar de órgão municipal fundamental e diretamente interessado no objeto de estudo do presente trabalho.

O primeiro questionamento foi a respeito da possibilidade de acesso aos dados sociais das famílias de baixa renda no município de Teófilo Otoni, atendidas pelo Centro Regional de Assistência Social (CRAS), primeiramente localizadas na região mais carente do Município, o sul da cidade, para verificar as demandas existentes por assistência técnica para o projeto e a construção de moradias para às famílias de baixa renda. Logo, em entrevista com o presidente da Câmara Municipal, obteve-se a confirmação de que as informações estariam disponíveis para o levantamento de dados necessários, através de acesso as fichas de diagnóstico social elaboradas pelo CRAS-Sul, contendo os dados sociais das famílias e moradias, cadastradas na referida regional.

A seleção da região sul do município deveu-se por ser a região mais carente do município e o fato de localizar-se nas proximidades do Campus Mucuri da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, que forma periodicamente profissionais habilitados em Engenharia Civil.

Os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) são órgãos que integram o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) que pertence a Secretaria Municipal de Assistência Social de Teófilo Otoni que integram a política do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Os CRAS estão divididos entre as regionais do Município de Teófilo Otoni sendo: Sudeste, Nordeste, Oeste e Sul (CRAS-Sul; MPAS, 2017).

Sendo assim, a pesquisa passou para uma nova etapa que consistiu na triagem de dados junto ao CRAS-Sul, mediante a disponibilização das fichas de diagnóstico social das famílias atendidas pela regional. Utilizando-se dos questionários levantados pelos Agentes do CRAS-Sul, definiram-se no Quadro 1 as variáveis das condições socioeconômicas, assim como a sua descrição.

Estes dados permitiram compreender o grau de necessidade de cada família cadastrada, sendo que em sua maioria, são atendidas pelo CRAS-Sul as famílias de baixa renda, sendo um dos requisitos da Lei Federal nº 11.888 de 2008, que para beneficiar-se da assistência técnica gratuita para o projeto e a construção de moradia a família tenha renda em até 3 (três) salários mínimos, conforme disciplina o Art. 2º da citada lei.

Ressalte-se que para o cadastramento das famílias pelo CRAS-Sul são levadas em considerações vários fatores e demandas sociais das famílias, e entre elas, as relacionadas a

moradia. Como por exemplo se há presença de pessoa com deficiência, se algum membro da família é portador de doença grave, se faz uso de algum medicamento controlado, se a família fornece indícios de situação de insegurança alimentar entre outros. Como o próprio nome diz, o diagnóstico social das famílias contempla vários dados necessários para a prestação de assistência social às famílias e entre eles os relacionados a moradia. Cabendo-se reafirmar da importância da moradia para o bem social das famílias.

Nomenclatura	Descrição
TR	Tipo de residência
MP	Material das paredes externas
EE	Acesso à energia elétrica
AC	Água canalizada
AA	Forma de abastecimento de água
ES	Esgotamento sanitário
CL	Coleta de lixo
NTC	Número total de cômodos
NCD	Número de cômodos utilizados como dormitórios
NDD	Número de pessoas da residência dividido pelo número de dormitórios
NDL	Número de residências com acesso para deficientes de locomoção
NDR	Número de residência situada em área de risco
DA	Área de risco de desabamento ou alagamento
DAG	Localizada em área de difícil acesso geográfico
ACV	Localizada em área com forte presença de conflito/violência
FA	Faixa etária
RP	Renda <i>per capita</i>
TM	Tempo de moradia no bairro

Quadro 1 – Variáveis das Condições Sócio Econômicas dos responsáveis pelas famílias e moradias

Fonte: O Autor

Na sede social do CRAS-Sul estabeleceu-se contato com os técnicos municipais que, puderam fornecer dados acerca das demandas em relação às condições habitacionais das famílias cadastradas, e o possível interesse e necessidade de receberem os benefícios propostos pela referida lei.

4.4 Coleta de Dados

Os agentes públicos do Município de Teófilo Otoni, lotados no CRAS-Sul realizam frequentemente pesquisas com as famílias carentes da região, que integram

atualmente banco de dados (documentos impressos) com cerca de 1250 famílias cadastradas nesta região. Nesta pesquisa, contém dados como número de pessoas residentes, rendimentos, participação em programas sociais, situação e particularidades da residência, dentre outros, descritos no Anexo A.

A partir dos dados obtidos no CRAS-Sul, (documentos impressos) selecionou-se 226 famílias cadastradas, as quais atendem aos requisitos estabelecidos na Lei Federal 11.888/08, ou seja, observando os requisitos referentes a ter renda familiar de até três salários mínimos, quantidade de cômodos, quartos por domicílio, qual o material utilizado no revestimento das paredes e piso das residências, informações sobre questões relacionadas ao bem estar das famílias como a localização em área de risco, acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais, acesso à energia elétrica, água canalizada, coleta de lixo, dentre outros delimitados na lei Federal objeto do estudo.

Além destas 226 famílias destes questionários realizados pelos agentes do CRAS-Sul, a pesquisa contou ainda com colaboração de 1 Assistente Social e 03 assistentes do mesmo CRAS-Sul. Sem ignorar a contribuição do Presidente da Câmara Municipal, Secretário Municipal da Habitação e Assistência Social, na fase inicial de levantamento dos dados, que contribuíram para o acesso a este banco de dados (documentos impressos) do CRAS-Sul. Todos os sujeitos estavam vinculados ao arranjo durante o período de aplicação do método de coleta de dados.

A partir desses dados serão confeccionadas tabulações com as informações estatísticas da situações e necessidades destas moradias, que servirão de justificativa na implantação de convênios entre o Governo Federal, Executivo Municipal e Profissionais da Arquitetura e Engenharia Civil para a assistência técnica pública gratuita na confecção do projeto e acompanhamento da construção e melhoria das moradias de cunho social, de famílias que possuam renda de até 03 salários mínimos.

CAPÍTULO 5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

[...] no estudo de campo, estudamos um único grupo ou uma comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando as interações de seus componentes.

Prodanov e Freitas (2013, p. 59).

Nesse capítulo será discutido sobre o perfil das famílias residentes nos bairros ao entorno da UFVJM, campus Mucuri, assistido pelo CRAS-Sul. Em seguida, será realizada uma análise da situação dos bairros pesquisados.

A partir desta análise, foi possível apontar os bairros prioritários para a ação dos benefícios da Lei 11.888/08.

5.1 Resultado Geral dos Indicadores de Prioridades das Famílias Pesquisadas

A partir da Tabela 06 foi desenvolvido um ranking de prioridades por bairro e por variável. Estas variáveis de acordo com a pesquisa são: área de risco (AR), rede de esgoto (RE), coleta de lixo (CL), difícil acesso geográfico (DAG), domicílio em área de violência (DAV), tipo de residência (TR), medidor de energia individual (MEI), número total de cômodos (NTC), domicílio com acessibilidade de locomoção (DAL), número de dormitórios (ND, número de pessoa por dormitório (NPD). Por sua vez, para cada variável foi criado um ranking de prioridade. Posteriormente foi desenvolvido uma coluna com a frequência de ranking geral (FRKG) e o ranking final (RKF). No desenvolvimento deste ranking, foram adotados os critérios de desempate de acordo com a renda (< que R\$ 937,00).

Tabela 6 – Ranking (R) dos prioridades de acordo com índices por bairro e por prioridade

Bairros	Ranking (RK) dos Aspectos													
	< que R\$ 937,00	AR	RE	CL	DAG	DAV	TR	MEI	NTC	DAL	ND	NPD	FRKG	RKF
JSP	2	4	5	4	3	7	6	4	5	7	10	4	12	1
TAQ	1	5	1	3	4	4	10	-	6	11	13	2	11	2
CNO	4	3	4	5	2	2	8	-	2	4	8	1	11	3
VBA	5	-	2	1	-	6	4	1	7	9	11	3	10	3
VES	6	2	8	-	-	3	2	3	4	3	6	6	10	4
SBE	3	-	3	-	1	5	9	-	8	10	9	10	9	5
FJU	7	-	9	-	-	1	5	2	9	8	7	5	9	6
VEJA	8	1	7	2	-	-	7	-	-	5	12	7	8	7
TNE	9	-	6	-	-	-	3	-	3	6	1	8	7	8
VPR	11	-	-	-	-	-	1	-	1	1	3	11	6	9
VIL	10	-	-	-	-	-	-	-	-	12	2	9	4	10
SOL	13	-	-	-	-	-	-	-	-	2	5	-	3	11
CPF	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	2	12

Legenda dos bairros: Cidade Nova (CNO), Conjunto Paulo Freire (CPF), Frei Júlio (FJU), Jardim São Paulo (JSP), São Benedito (SBE), Solidariedade (SOL), Tancredo Neves (TNE), Taquara (TAQ), Vila Barreiros, Vila Esperança (VES), Vila Jacaré (VJA), Vila Progresso (VPR) e Vilinha (VIL).

Fonte: Pesquisa no banco de dados do CRAS-Sul (2017)

Desta forma, quanto mais próximo de 1 (um) for a nota concedida para a variável medida, maior é a prioridade do bairro dentro do ranking. A Tabela 6 mostra que os 5 bairros com maiores prioridades são: Jardim São Paulo, Taquara, Cidade Nova, Vila Barreiros e Vila Esperança, pois os bairros apresentam o piores índices no tocante às variáveis analisadas.

5.2 Perfil das Famílias

A Tabela 7 mostra o perfil das famílias pesquisadas levando em consideração o percentual de faixa etária em função da idade, gênero, escolaridade e tempo de inserção na escola a partir dos questionários fornecidos pelo CRAS-Sul.

Observa-se que a coleta de dados realizada pelo CRAS-Sul intensificou-se a partir do ano de 2015, somando 85,4% nos três últimos anos de cadastro (período 2015 a 2017 na coluna total da Tabela 7). Os dados analisados também permitiram observar o perfil das famílias. Esses dados demonstram que: os moradores, em sua maioria, tem idade superior aos 55 anos, com os maiores percentuais acima dos 74 anos de idade, quando analisados os cadastros realizados nos anos de 2012 a 2017.

Quanto o gênero, a partir dos questionários fornecidos no CRAS-Sul, foi possível identificar que nas famílias em sua maioria são do gênero feminino com um total de 87,5% contra 12,5% para o gênero masculino (ver coluna total da Tabela gênero *versus* faixa etária). Ainda em relação ao gênero, o gênero feminino, possui a maioria das famílias na faixa etária entre 15 a 24 anos (97,7%), já a concentração do gênero masculino está na faixa etária entre 65 a 74 anos (36,4%) (ver destaques na Tabela gênero *versus* faixa etária).

Tabela 7 – Perfil das famílias *versus* idade, gênero, escolaridade e tempo de inserção na escola

Ano de Cadastro	Ano de cadastro <i>versus</i> Faixa Etária							
	De 15 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 54 anos	De 55 a 64 anos	De 65 a 74 anos	Acima de 74 anos	Total
2012	6,8%	3,9%	1,4%	5,4%	-	-	-	3,3%
2013	11,4%	7,8%	5,6%	1,8%	-	18,2%	14,3%	6,6%
2014	4,5%	5,9%	6,9%	3,6%	-	9,1%	-	4,8%
2015	25,0%	27,5%	33,3%	30,4%	32,0%	36,4%	21,4%	29,7%
2016	27,3%	33,3%	23,6%	23,2%	36,0%	9,1%	14,3%	26,0%
2017	25,0%	21,6%	29,2%	35,7%	32,0%	27,3%	50,0%	29,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gênero	Gênero <i>versus</i> Faixa Etária							
	De 15 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 54 anos	De 55 a 64 anos	De 65 a 74 anos	Acima de 74 anos	Total
Masculino	2,3%	15,7%	11,1%	12,5%	12,0%	36,4%	21,4%	12,5%
Feminino	97,7%	84,3%	88,9%	87,5%	88,0%	63,6%	78,6%	87,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Escolaridade	Grau Escolaridade <i>versus</i> Faixa Etária							
	De 15 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 54 anos	De 55 a 64 anos	De 65 a 74 anos	Acima de 74 anos	Total
SE	-	5,9%	8,3%	5,4%	16,0%	72,7%	57,1%	11,7%
EFI	59,1%	62,7%	56,9%	58,9%	48,0%	18,2%	28,6%	54,9%
EFC	4,5%	3,9%	13,9%	21,4%	32,0%	-	7,1%	12,8%
EMI	25,0%	19,6%	16,7%	5,4%	4,0%	9,1%	-	13,9%
EMC	6,8%	5,9%	4,2%	8,9%	-	-	7,1%	5,5%
ESI	4,5%	2,0%	-	-	-	-	-	1,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Legenda – Sem escolaridade (SE), Ensino Fundamental Incompleto (EFI), Ensino Fundamental Completo (EFC), Ensino Médio Incompleto (EMI), Ensino Médio Completo (EMC), Ensino Superior Incompleto (ESI)								
Bolsa Família	Bolsa Família <i>versus</i> Faixa Etária							
	De 15 a 24 anos	De 25 a 34 anos	De 35 a 44 anos	De 45 a 54 anos	De 55 a 64 anos	De 65 a 74 anos	Acima de 74 anos	Total
Sim	40,9%	47,1%	62,5%	46,4%	60,0%	18,2%	21,4%	48,7%
Não	59,1%	52,9%	37,5%	53,6%	40,0%	81,8%	78,6%	51,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa no banco de dados do CRAS-Sul (2017)

Quanto à escolaridade, quando observado o total das famílias 54,9% possuem o Ensino Fundamental Incompleto (EFI), existe uma predominância desta escolaridade na faixa etária de 15 a 24 anos, permanecendo com esta predominância até a faixa de 55 a 64 anos. Os dados das famílias, que possuem a menor formação escolar (SE) estão concentrados entre a

faixa de 65 a 74 anos de idade (72,7%) e a maior formação escolar (ESI) estão concentrados entre a faixa de 15 a 24 anos de idade (4,5%). Considerando que a maioria dos perfis das famílias são do gênero feminino e que a concentração também encontra-se na mesma faixa de 15 a 24 anos de idade, deduz que a população feminina, mesmo diante das dificuldades, vem evidenciando maiores esforços para obtenção de melhor nível educacional.

No tocante aos beneficiários do programa social bolsa família, 48,7% das famílias estão cadastrados neste programa e a concentração dos beneficiários está na faixa etária de 35 aos 44 anos de idade (62,5%).

A Tabela 8 mostra o perfil das famílias levando em consideração bairros *versus* o percentual relativo a renda das famílias participantes da pesquisa.

Tabela 8 – Perfil das famílias em relação aos bairros *versus* % em renda total

Bairros	De 0 a R\$ 234,00	De R\$ 235,00 a R\$ 470,00	De R\$ 471,00 a R\$ 937,00	De R\$ 938,00 a R\$ 1407,00	De R\$ 1408,00 a R\$ 1877,00	De R\$ 1878,00 a R\$ 2347,00	De R\$ 2348,00 a R\$ 2811,00	Total
Cidade Nova	13,8%	10,3%	13,9%		15,4%	50,0%	-	12,8%
Conjunto Paulo Freire	-	1,7%	-	-	-	-	-	0,4%
Frei Júlio	12,5%	10,3%	9,3%	25,0%	23,1%	-	-	11,4%
Jardim São Paulo	13,8%	20,7%	6,5%	25,0%	30,8%	50,0%	-	13,6%
São Benedito	11,3%	13,8%	15,7%	-	-	-	-	12,5%
Solidariedade	-	-	-	-	-	-	25,0%	0,4%
Tancredo Neves	1,3%	1,7%	1,9%	-	-	-	-	1,5%
Taquara	18,8%	15,5%	20,4%	12,5%	15,4%	-	-	17,9%
Vila Barreiros	10,0%	15,5%	11,1%	25,0%	7,7%	-	75,0%	12,8%
Vila Esperança	13,8%	6,9%	14,8%	-	-	-	-	11,4%
Vila Jacaré	1,3%	3,4%	5,6%	-	7,7%	-	-	3,7%
Vila Progresso	1,3%	-	0,9%	12,5%	-	-	-	1,1%
Vilinha	2,5%	-	-	-	-	-	-	0,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa no banco de dados do CRAS-Sul (2017)

Para melhor visualização dos bairros com necessidade prioritária de ação dos benefícios dispostos na Lei 11.888/08 e observando as faixas que concentram os menores salários por bairro, foi criado o Gráfico 2.



Gráfico 2 – Prioridade observando a renda familiar até R\$ 937,00 por bairro
Fonte: O Autor

A partir da Tabela 8 constata-se que nas menores faixas de renda de 0 a R\$ 937,00, ou seja, inferior ao salário mínimo vigente no ano de 2017, merecem destaques os bairros: Taquara (54,7%), Jardim São Paulo (41%) e São Benedito (40,8%). Alguns bairros não possuem grandes concentrações nas menores faixas de renda, mas também não estão inseridos nas maiores faixas de renda, isso sugere uma prioridade de inserção destes bairros no que tange os benefícios concedidos na lei em epígrafe.

Ressalta-se que as famílias em relação aos seus bairros e observado a faixa salarial que varia de 0 a R\$ 937,00 (salário mínimo vigente no ano de 2017), ou seja, os mais carentes representam aproximadamente 54% do total dos bairros das famílias pesquisadas.

Outra análise a ser considerada a partir dos dados tabulados, referem-se ao perfil das famílias levando em consideração bairros *versus* tempo de moradia, esses dados são mostrados na Tabela 9.

Tabela 9 – Perfil das famílias em relação aos Bairros *versus* % tempo de moradia no bairro

Bairros	Abaixo de 10 anos	De 11 a 20 anos	De 21 a 30 anos	De 31 a 40 anos	Acima de 40 anos	Total
Cidade Nova	13,9%	18,6%	6,1%	15,4%	-	12,8%
Conjunto Paulo Freire	0,6%	-	-	-	-	0,4%
Frei Júlio	10,3%	20,9%	6,1%	15,4%	5,3%	11,4%
Jardim São Paulo	15,2%	7,0%	9,1%	15,4%	21,1%	13,6%
São Benedito	13,9%	11,6%	6,1%	23,1%	5,3%	12,5%
Solidariedade	-	-	3,0%	-	-	0,4%
Tancredo Neves	1,2%	-	3,0%	-	5,3%	1,5%
Taquara	18,8%	7,0%	27,3%	7,7%	26,3%	17,9%
Vila Barreiros	10,9%	23,3%	15,2%	7,7%	5,3%	12,8%
Vila Esperança	9,1%	7,0%	21,2%	7,7%	26,3%	11,4%
Vila Jacaré	4,2%	2,3%	-	7,7%	5,3%	3,7%
Vila Progresso	1,2%	2,3%	-	-	-	1,1%
Vilinha	0,6%	-	3,0%	-	-	0,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa no banco de dados do CRAS-Sul (2017)

A maior periodicidade de tempo de residência está na faixa acima de 40 anos de residência no mesmo bairro. Quando relacionado com os dados da Tabela 9 é possível observar que as famílias mais carentes no que tange a renda de até R\$ 937,00 (salário mínimo vigente no ano de 2017) e tempo de moradia, percebe-se que os bairros com baixa renda também apresentam-se como os bairros de maior tempo de moradia. Vale destacar que a baixa renda das famílias pesquisadas, pode representar um fator de exclusão social nos bairros pesquisados, além disso o tempo de moradia indica que os moradores dos bairros mais carentes são pessoas mais idosas.

5.3 Situação dos Bairros Pesquisados

Em um segundo momento o questionário fornecido pelo CRAS-Sul permitiu analisar a situação dos bairros destas famílias. Para esta análise foram Tabelas cruzadas envolvendo: domicílios em área risco, acesso a água canalizada, tipos de esgotos sanitários, coleta de lixo, difícil acesso geográfico e área de violência.

A Tabela 10 mostra o perfil das moradias levando em consideração os bairros e os percentuais relativos aos domicílios se possui ou não área de risco e acesso água canalizada.

Tabela 10 – Perfil das moradias em relação aos Bairros *versus* % área de risco e água canalizada

Bairros	% Domicílios em área de risco			% em acesso a água canalizada		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Cidade Nova	5,7%	94,3%	100,0%	100,0%	-	100,0%
Conjunto Paulo Freire	-	100,0%	100,0%	100,0%	-	100,0%
Frei Júlio	-	100,0%	100,0%	100,0%	-	100,0%
Jardim São Paulo	5,4%	94,6%	100,0%	100,0%	-	100,0%
São Benedito	-	100,0%	100,0%	100,0%	-	100,0%
Solidariedade	-	100,0%	100,0%	100,0%	-	100,0%
Tancredo Neves	-	100,0%	100,0%	100,0%	-	100,0%
Taquara	4,1%	95,9%	100,0%	100,0%	-	100,0%
Vila Barreiros	-	100,0%	100,0%	100,0%	-	100,0%
Vila Esperança	9,7%	90,3%	100,0%	100,0%	-	100,0%
Vila Jacaré	10,0%	90,0%	100,0%	100,0%	-	100,0%
Vila Progresso	-	100,0%	100,0%	100,0%	-	100,0%
Vilinha	-	100,0%	100,0%	100,0%	-	100,0%

Fonte: Pesquisa no banco de dados do CRAS-Sul (2017)

Quanto aos domicílios, todos possuem água encanada. Todavia vale destacar que apenas 10% das famílias que residem no bairro Vila Jacaré, consideraram que residem em área de risco. Destaca-se também que ao observar o questionário do CRAS-Sul, tendo em vista que existe outro requisito sobre área de violência, consideram-se áreas de riscos as moradias que por baixa ou nenhuma assistência técnica pública, foram edificadas às margens ou em nível inferior a rodovia de alto tráfego, ficando passíveis de desmoronamentos, queda de veículos, além das enchentes provenientes do córrego ao céu aberto, que corre em meio do bairro.

A reportagem (G1, 2013) mostra a construção de moradias abaixo do nível da rua e próximo de córregos, realidade por exemplo, em um dos bairros analisados o bairro Vila Jacaré conforme Fotografia 2.



Fotografia 2 – Moradias abaixo do nível da Rua – Vila Jacaré

Fonte: G1 Vales MG - MG Inter TV 2ª Edição (2013)

Outra realidade dos bairros pesquisados é a edificação de alicerces em terrenos sem a devida sondagem do solo, sem muro de arrimo ou propenso a erosões e graves

‘voçorocas’ ou ‘boçoroca’. Destarte, no período das chuvas, podem ocorrer deslizamentos de terra vindo a descobrir as fundações, podendo o alicerce ficar descalçado, o que futuramente pode provocar o desabamento da residência. Outra situação, ocorre-se ao inverso, em que as edificações são realizadas ao lado de barrancos, também sem muro de arrimo, que no período chuvoso há movimento da terra vindo a soterrar a edificação (veja Fotografia 3).



Fotografia 3 – Área de risco Bairro Cidade Nova
Fonte: G1 Vales MG - MG Inter TV 2ª Edição (2013).

O Bairro Jardim São Paulo, que apresenta o dado de 5,4% de área de risco, representa o processo de ocupação de forma irregular (sem assistência técnica) ou clandestina (sem autorização do poder Público) na parte mais plana, baixa e ao leito do córrego, que pela ausência de infraestrutura compatível, agravam em situações de enchentes ou movimentos massa.

A prova da necessidade de Assistência técnica, extrai-se da comparação dos Bairros Vila Esperança e o conjunto Paulo Freire, que são limítrofes. No conjunto habitacional Paulo Freire, as casas, edificadas sobre orientação técnica, detêm 0% de área de risco (veja Fotografia 4). Enquanto que na região mais antiga, detêm 9,7% de área de risco.



Fotografia 4 – Vila Esperança e Construção Conjunto Paulo Freire
Fonte: Rádio Teófilo Otoni (2016).

O Bairro Cidade Nova, apesar de ser um bairro novo, cerca de 10 a 20% do tempo existencial da cidade Teófilo Otoni, isto é, que concentra moradores com até 20 anos de residência no local, ainda detém elevado nível de 5,7% de moradias situadas em área de risco. Fato que se houvesse os devidos acompanhamentos de capacitação técnica poderia ter sido evitado as edificações à beira de barrancos desprotegidos.

A Tabela 11 mostra o perfil das moradias levando em consideração os bairros e os percentuais relativos aos tipos de esgotos sanitários.

Tabela 11 – Bairros *versus* % tipos de esgotos sanitários

Bairros	Esgoto Sanitário				
	Rede Esgoto	Fossa Rudimentar	Fossa Séptica	Direto Vala	Total
Cidade Nova	68,6%	14,3%	17,1%	-	100,0%
Conjunto Paulo Freire	100,0%	-	-	-	100,0%
Frei Júlio	96,8%	-	3,2%	-	100,0%
Jardim São Paulo	97,3%	2,7%	-	-	100,0%
São Benedito	35,3%	26,5%	38,2%	-	100,0%
Solidariedade	100,0%	-	-	-	100,0%
Tancredo Neves	50,0%	-	50,0%	-	100,0%
Taquara	83,7%	8,2%	6,1%	2,0%	100,0%
Vila Barreiros	94,3%	-	-	5,7%	100,0%
Vila Esperança	93,5%	-	6,5%	-	100,0%
Vila Jacaré	90,0%	-	10,0%	-	100,0%
Vila Progresso	100,0%	-	-	-	100,0%
Vilinha	100,0%	-	-	-	100,0%

Fonte: Pesquisa no banco de dados do CRAS-Sul (2017)

Nos termos da Lei de nº 6.626/13, que Institui o Plano Municipal de Saneamento Básico destinado à execução dos serviços de obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município e a Lei Municipal de nº 5.892/08, que dispõe o Plano Diretor, em seu Art. 16, que determina o plano municipal de Saneamento básico de Teófilo Otoni. Os dados corroboram a necessidade da assistência técnica pública. O conjunto habitacional Paulo Freire, detém 100% de esgoto sanitário canalizado.

Os Bairros mais carentes como os Bairros Vila Barreiros (5,7%) e Taquara (2%), que lançam dejetos diretamente na vala. Posteriormente, o Bairro São Benedito, pois ainda mantém moradias com 26,5% de fossa rudimentar e 38,2% com fossa séptica, ou seja, quase 70% sem atendimento de coleta canalizada de esgoto sanitário.

Na sequência das prioridades, o bairro Tancredo Neves, que somente a metade (50%), são atendidos por esgotamento canalizado. Posteriormente, os que ainda detém percentual sem atendimento sanitário, estão os Bairros Cidade Nova (31,4%), Vila Jacaré (10%), Vila Esperança (6,5%), Jardim São Paulo (2,7% de fossa rudimentar) e Frei Júlio com

3,2% de fossa séptica.

A Tabela 12 mostra o perfil dos domicílios levando em consideração o perfil dos domicílios em relação aos bairros *versus* coleta de lixo, difícil acesso geográfico e situados em área de violência.

Tabela 12 – Perfil dos domicílios em relação aos Bairros *versus* % Coleta de Lixo, Dificil Acesso Geográfico e situados em área de violência

Bairros	Coleta lixo			Domicílio DAG			Domicílio AV		
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Cidade Nova	97,1%	2,9%	100,0%	2,9%	97,1%	100,0%	8,6%	91,4%	100,0%
Conjunto Paulo Freire	100,0%	-	100,0%	-	100,0%	100,0%	-	100,0%	100,0%
Frei Júlio	100,0%	-	100,0%	-	100,0%	100,0%	12,9%	87,1%	100,0%
Jardim São Paulo	94,6%	5,4%	100,0%	2,7%	97,3%	100,0%	5,4%	94,6%	100,0%
São Benedito	100,0%	-	100,0%	2,9%	97,1%	100,0%	5,9%	94,1%	100,0%
Solidariedade	100,0%	-	100,0%	-	100,0%	100,0%	-	100,0%	100,0%
Tancredo Neves	100,0%	-	100,0%	-	100,0%	100,0%	-	100,0%	100,0%
Taquara	91,8%	8,2%	100,0%	2,0%	98,0%	100,0%	6,1%	93,9%	100,0%
Vila Barreiros	88,6%	11,4%	100,0%	-	100,0%	100,0%	5,7%	94,3%	100,0%
Vila Esperança	100,0%	-	100,0%	-	100,0%	100,0%	6,5%	93,5%	100,0%
Vila Jacaré	90,0%	10,0%	100,0%	-	100,0%	100,0%	-	100,0%	100,0%
Vila Progresso	100,0%	-	100,0%	-	100,0%	100,0%	-	100,0%	100,0%
Vilinha	100,0%	-	100,0%	-	100,0%	100,0%	-	100,0%	100,0%

Legenda: difícil acesso geográfico – DAG; área de violência – AV.

Fonte: Pesquisa no banco de dados do CRAS-Sul (2017)

Pelas informações dos dados diagnosticados, visualiza-se que os bairros de moradores com menor renda familiar como o Frei Júlio, que quase 70% das famílias recebem menos que 1,5 salários mínimos (vigentes no ano de 2017) como renda total mensal (Tabela 8), a incidência de violência é maior (12,9%). Na sequência da moradia em área de violência, está o bairro Cidade Nova (8,9%), que por sua vez possui 5,7% de área de risco (Tabela 10) e cerca de 55% com renda familiar total inferior à 2 salários mínimos mensais (Tabela 8), além de concorrer com o Bairro São Benedito em concentrar a maior incidência de difícil acesso geográfico (2,9%).

É conceituado como área de violência, a possibilidade que o morador em visão individual ou coletiva, esteja exposto a sofrer um dano futuro que promova um desequilíbrio ao direito à vida (SCHRAMM; CASTIEL, 1992).

Os dados de ausência da coleta de lixo podem estar correlacionados à dificuldade ao acesso geográfico ou área de risco ou área de violência. Fato que pode ser observado nos índices de ausência da devida coleta, apresentados nos Bairros Vila Barreiros (11,4% sem coleta de lixo *versus* 5,7% área de violência), Taquara (8,2% sem coleta de lixo *versus* 2% área difícil acesso geográfico *versus* 6,1% área de violência).

5.4 Análise da Situação das Residências dos Respondentes

A Tabela 13 mostra o perfil das residências levando em consideração os bairros e os tipos de moradia e individualização dos medidores de energia.

Tabela 13 – Perfil das residências em relação aos Bairros *versus* tipo de moradia e medidor energia individual

Bairros	Tipo de Residência				Medidor Energia Individual		
	Alugada	Cedida	Própria	Total	Sim	Não	
Cidade Nova	8,6%	14,3%	77,1%	100,0%	100,0%	-	100,0%
Conjunto Paulo Freire	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	-	100,0%
Frei Júlio	16,1%	6,5%	77,4%	100,0%	96,8%	3,2%	100,0%
Jardim São Paulo	10,8%	18,9%	70,3%	100,0%	97,3%	2,7%	100,0%
São Benedito	5,9%	17,6%	76,5%	100,0%	100,0%	-	100,0%
Solidariedade	100,0%	-	-	100,0%	100,0%	-	100,0%
Tancredo Neves	25,0%	25,0%	50,0%	100,0%	100,0%	-	100,0%
Taquara	2,0%	10,2%	87,8%	100,0%	100,0%	-	100,0%
Vila Barreiros	17,1%	11,4%	71,4%	100,0%	94,3%	5,7%	100,0%
Vila Esperança	29,0%	25,8%	45,2%	100,0%	96,8%	3,2%	100,0%
Vila Jacaré	10,0%	20,0%	70,0%	100,0%	100,0%	-	100,0%
Vila Progresso	33,3%	-	66,7%	100,0%	100,0%	-	100,0%
Vilinha	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	-	100,0%

Fonte: Pesquisa no banco de dados do CRAS-Sul (2017)

O Conjunto Paulo Freire, por ser um conjunto habitacional, apesar de serem financiadas, são todas consideradas próprias (100%). As moradias alugadas, situam-se à margem da prioridade legal, pois comumente os residentes não desejam realizar investimentos em imóveis que não lhes pertence, salvo a construção ou melhoria de banheiros.

O Poder Público, pode intervir nos bairros das residências alugadas ou cedidas, quando se trata de ações externas às moradias como coleta de lixo, construção da canalização de esgotamento sanitário, elidir risco, violência e outros similares.

Tendo-se por base o benefício da lei em comento, observa-se que a maior incidência de energia compartilhada estão em moradias cedidas ou alugadas, como nos Bairros Vila Barreiros (5,7%), que possui 17,1% de moradias alugadas e 11,4% de residências cedidas; Bairro Vila Esperança com 3,2% de energia compartilhada, conquanto 29,0% de famílias com residências locadas e cedidas com o percentual de 25,8%; O Bairro Frei Júlio, que possui alta concentração de baixa renda, ainda detém, 3,2% de energia compartilhada no patamar 16,1% de residências alugadas e 6,5% cedidas e por último o Bairro Jardim São Paulo, com 2,7% de moradias com divisão do padrão de energia em 10,8% das residências em aluguel e 18,9% das moradias cedidas.

A Tabela 14 mostra o perfil das moradias levando em consideração os bairros e os percentuais relativos ao número total de cômodos e acessibilidade.

Tabela 14 – Perfil das moradias em relação aos Bairros *versus* tipo número de cômodos e acessibilidade

Bairros	Número Total Cômodos				Domicílio com acessibilidade de locomoção		
	De 1 a 3 cômodos	De 4 a 6 cômodos	Acima de 7 cômodos	Total	Sim	Não	Total
Cidade Nova	37,1%	54,3%	8,6%	100,0%	20,0%	80,0%	100,0%
Conjunto Paulo Freire	-	100,0%	-	100,0%	100,0%	-	100,0%
Frei Júlio	9,7%	77,4%	12,9%	100,0%	29,0%	71,0%	100,0%
Jardim São Paulo	18,9%	62,2%	18,9%	100,0%	27,0%	73,0%	100,0%
São Benedito	14,7%	79,4%	5,9%	100,0%	32,4%	67,6%	100,0%
Solidariedade	-	100,0%	-	100,0%	-	100,0%	100,0%
Tancredo Neves	25,0%	75,0%	-	100,0%	25,0%	75,0%	100,0%
Taquara	18,4%	57,1%	24,5%	100,0%	32,7%	67,3%	100,0%
Vila Barreiros	17,1%	57,1%	25,7%	100,0%	31,4%	68,6%	100,0%
Vila Esperança	22,6%	77,4%	-	100,0%	16,1%	83,9%	100,0%
Vila Jacaré	-	80,0%	20,0%	100,0%	20,0%	80,0%	100,0%
Vila Progresso	66,7%	33,3%	-	100,0%	-	100,0%	100,0%
Vilinha	-	100,0%	-	100,0%	50,0%	50,0%	100,0%

Fonte: Pesquisa no banco de dados do CRAS-Sul (2017)

Atentando-se para a Lei de nº 5.892/08, que dispõe o Plano Diretor Urbano de Teófilo Otoni, especialmente em seu Art. 28, que assegura o foco ao direito à moradia em condições adequadas e determina a política habitacional, levam a entender que os dados indicam a maior concentração dos domicílios com 4 a 6 cômodos, comumente compostos, por dois quartos, sala, cozinha e banheiro.

Para melhor compreensão, foi elaborado o Gráfico 3 com o ranking das prioridades de ação em edificar cômodos.

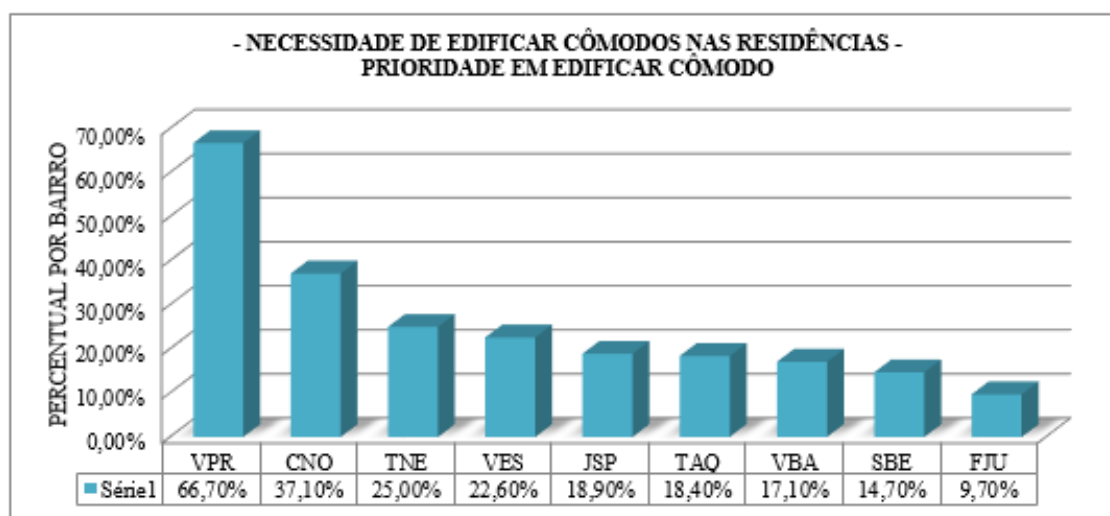


Gráfico 3 – Prioridade por bairro observando a quantidade de cômodos na residência

Fonte: O Autor

Em caso desta variável, utilizando como parâmetro prioritário de assistência técnica, seriam beneficiadas as moradias que possuem 1 a 3 cômodos. Que em ordem decrescente se descreve os Bairros: Vila Progresso (VPR-66,7%); Cidade Nova (CNO-37,1%); Tancredo Neves (TNE-25%); Vila Esperança (VES-22,6%); Jardim São Paulo (JSP-18,9%); Taquara (TAQ-18,4%); Vila Barreiros (VBA-17,1%); São Benedito (SBE-14,7%) e por último o Bairro Frei Júlio (FJU-9,7%).

No tocante à acessibilidade, corrobora a necessidade de assistência técnica nas edificações e planejamento habitacional, o fato que o conjunto habitacional Paulo Freire, detém 100% de moradias com acessibilidade, ao contrário dos planejamentos insuficientes nos Bairros com famílias enquadradas na menor faixa de renda (Tabela 7) que detém elevados índices de ausência de domicílios com a acessibilidade aos portadores de deficiência, como as moradias dos Bairros Solidariedade (100%); Vila Progresso (100%); Vila Esperança (83,9%); Cidade Nova (80%) e assim sucessivamente.

A Tabela 15 mostra o perfil das moradias levando em consideração os bairros e os percentuais relativos ao número de dormitórios e número de pessoas por dormitório. A predominância da variável número de dormitórios, concentra-se de 1 a 2 dormitórios. Esta concentração enfatiza-se nos bairros mais carentes como Vila Progresso (100%); Vilinha (100%); Tancredo Neves (100%); Solidariedade (100%) e excepcionalmente o Bairro Paulo Freire, que por ser um conjunto habitacional popular, por padrão tem 2 quartos.

Tabela 15 – Perfil das moradias em relação aos Bairros *versus* número de dormitórios e número de pessoas por dormitório

Bairros	Número de Dormitórios				Número de pessoas por dormitório				
	De 1 a 2	De 3 a 4	De 5 a 6	Total	De 1 a 2	De 3 a 4	De 5 a 6	De 7 a 8	Total
Cidade Nova	85,7%	5,7%	8,6%	100,0%	62,9%	25,7%	5,7%	5,7%	100,0%
Conjunto Paulo Freire	100,0%	-	-	100,0%	100,0%	-	-	-	100,0%
Frei Júlio	87,1%	6,5%	6,5%	100,0%	25,8%	64,5%	9,7%	-	100,0%
Jardim São Paulo	78,4%	13,5%	8,1%	100,0%	51,4%	43,2%	2,7%	2,7%	100,0%
São Benedito	79,4%	17,6%	2,9%	100,0%	52,9%	41,2%	5,9%	-	100,0%
Solidariedade	100,0%	-	-	100,0%	100,0%	-	-	-	100,0%
Tancredo Neves	100,0%	-	-	100,0%	50,0%	50,0%	-	-	100,0%
Taquara	59,2%	28,6%	12,2%	100,0%	44,9%	44,9%	6,1%	4,1%	100,0%
Vila Barreiros	71,4%	22,9%	5,7%	100,0%	48,6%	40,0%	8,6%	2,9%	100,0%
Vila Esperança	93,5%	6,5%	-	100,0%	64,5%	29,0%	6,5%	-	100,0%
Vila Jacaré	60,0%	20,0%	20,0%	100,0%	50,0%	50,0%	-	-	100,0%
Vila Progresso	100,0%	-	-	100,0%	100,0%	-	-	-	100,0%
Vilinha	100,0%	-	-	100,0%	50,0%	50,0%	-	-	100,0%

Fonte: Pesquisa no banco de dados do CRAS-Sul (2017)

Novamente pelos dados analisados, indica como prioridade de ação da legislação

os Bairros mais carentes, que mantém de 5 a 8 pessoas por dormitório, que em ordem decrescente dispõe: Cidade Nova (11,4%), Taquara (10,5%); Vila Barreiros (11,5%); Frei Júlio (9,7%); Vila Esperança (6,5%); São Benedito (5,9%) e Jardim São Paulo (5,4%).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise de dados dessa dissertação, constatou-se que algumas das principais causas das edificações irregulares, ausência sanitária e outras deficiências das moradias da Zona sul do município de Teófilo Otoni, edificadas por famílias com renda total de até três salários mínimos está na ausência de assistência técnica pública gratuita como política habitacional, induzindo estes a ‘moradia à margem da dignidade humana’.

Dentre as modalidades a que se altere esta realidade habitacional desta faixa de renda mais carente, está a aplicação da Lei Federal de nº 11.888/08. Quando observados os benefícios da citada Lei e a ausência de sua efetividade na zona sul de Teófilo Otoni, vem justificar a presente pesquisa.

A efetividade da Lei em apreciação, pode ser concreta quando: a. engenheiros e arquitetos, tenham incentivo nas instituições de ensino pelos governantes e subsidiados pelo Estado; b. Formação de convênio entre o Poder Executivo Municipal com as Empresas Júnior ligadas às instituições de ensino, técnicos da área de engenharia e arquitetura, objetivando usufruir dos recursos financeiros Federais destinados a melhoria habitacional da população de baixa renda, nos termos da Legislação.

Ainda que a aplicação dos benefícios da Lei pesquisada, não venha alterar de imediato o quadro fático habitacional, evitará a continuidade do erro em novas edificações e a longo prazo, podendo proporcionar melhor qualidade de vida, redução do déficit habitacional, eficiência da política habitacional, medidas profiláticas para os moradores que possuem renda inferior a três salários mínimos e não tem acesso à assistência técnica pública de forma gratuita.

Na análise dos questionários respondidos pelos moradores da região sul de Teófilo Otoni-MG aos técnicos responsáveis do CRAS-Sul, foi possível definir alguns fatores causa e/ou consequência e frequências que estas carências atingem cada bairro desta região. O resultado levou a a estabelecer prioridades de ação corretiva e preventiva por bairro no contexto das benesses legais.

Na singela contribuição para possíveis respostas questão principal desta pesquisa - **Pressupondo um contexto onde as moradias das famílias que percebem renda total inferior a três salários mínimos, são edificadas sem acompanhamento técnico, quais fatores que levam às consequências deste cenário por Bairro da Região Sul de Teófilo Otoni, MG?** – É esboçado alguns comentários, principalmente nos fatores que induzem a

carência das moradias das famílias:

- **Especialização dos Atores Envolvidos**, como já denotado, dentre os entraves para a aplicação da Lei 11.888/08, está a falta do conhecimento técnico para gerir o que é disposto. Como exemplo dos desafios, que os engenheiros e arquitetos, tenham incentivo dos transformadores do conhecimento, que são as instituições de ensino, incentivados pelos governantes e subsidiados pelo Estado, para que, especialmente voltados à classe de menor poder econômico, adquiram conhecimento aprofundado sobre urbanismo, sustentabilidade, conforto térmico, acústico, eficiência energética, tecnologias alternativas de custo reduzido, gerenciamento, relações públicas, planejamento, estratégia, metodologia, parâmetros aplicáveis, diretriz, dentre outros, que venham permitir resultados eficientes com maior rentabilidade, redução de custos e sustentável;

- **Quantidade de Profissionais**. Alcançando este patamar, a carência de profissionais, pode ser vencida por um número reduzido de técnicos com capacitação e especialização, que adote práticas projetos planejadas do primeiro contato até a entrega da obra. Estes, poderão atender um número maior desta faixa carente e concretizar resultados com melhor êxito, qualidade e eficiência;

- **Comprometimento** em busca desta eficiência, faz-se necessário que seja subsidiado profissionais que apesar de serem remunerados, em uma nova filosofia, estejam voltados e comprometidos em obras de interesse social, bem como em promover qualidade, elevação de autoestima da população mais carente, inclusão social e acessibilidade;

- **Divulgação** de experiências dos erros e acertos nas redes sociais, fóruns, debates, congressos e demais meios. Definido os parâmetros e modelos de gestão, que seja confeccionado cartilhas, manuais e ferramentas a serem distribuídas entre os atores envolvidos, na busca de um piso de conhecimento e enriquecimento de capacitação técnica;

- **Sociabilidade**, por serem poucos os recursos dos atendidos pela legislação supra, além da necessidade do técnico especializado, há a carência dos recursos financeiros para custear a mão-de-obra do executor. Desta forma, com o incentivo e administração dos entes, associações, líderes, movimentos, etc., pode ser planejado mutirões sociais autogeridos, em que os próprios moradores sob a orientação e supervisão técnica, realizam as obras necessárias às residências dos acobertados por esta lei;

- O **cooperativismo**, além da interação social dos moradores local, promovem outras benesses como a aceleração das obras, redução de conflitos internos, evitar inadimplência dos financiamentos realizados nos órgãos e instituições financeiras realizados

para custear a mão-de-obra, possibilidade de aquisição do material para a construção;

- O uso de **tecnologia específica** revolucionaria a sistemática adotada. Porém tal acesso só se faz possível com a presença do técnico e que este esteja devidamente capacitado e especializado. O **Software**, conforme já debatido em tópico próprio descrito no corpo desta dissertação, existem *software* com capacidade de desenhar a instalações das residências em três dimensões que permitem ao usuário a prever de forma detalhada como será a sua obra após a sua conclusão. Pela antecipação, se faz possível a promoção de toda e qualquer adequação, redução de custos e performance. No uso da ferramenta, é possível a aplicação prática dos conceitos: a. Usabilidade – esforço físico e cognitivo, grau de satisfação após a execução. b. Aplicabilidade – ser personalíssimo. c. Criativo – conduzir ao residente a interagir entre o pretendido e ideal;

- **Projeto de Convênio das instituições de Ensino e Poder Executivo Municipal.** Dentre as propostas, está no futuro, a possibilidade por iniciativa do Poder Legislativo Municipal em editar um Projeto de Lei que venha propor um convênio entre o Poder Executivo Municipal com as Empresas Júnior ligadas às instituições de ensino, técnicos da área de Engenharia e Arquitetura, objetivando usufruir dos recursos financeiros Federais destinados a melhoria habitacional da população de baixa renda, nos termos da Lei 11.888/08.

Delimitando-se a análise dos benefícios ofertados pela Lei Federal de nº 11.888/08, percebe-se que a ausência de informação tanto por parte da população carente e dos técnicos, bem como, o desinteresse dos governantes, impede que a família com renda não superior à três salários mínimos tenham acesso à assistência técnica pública gratuita.

6.1 Propostas para trabalhos Futuros

O estudo abordado pode servir como base para trabalhos futuros através dos questionários respondidos pela população atendida pelos CRAS de Teófilo Otoni-MG, da seguinte forma:

- Análise por região. Esta modalidade permitirá que se tenha um levantamento detalhado das prioridades de ação para reduzir o déficit habitacional, por região e no município como um todo;

- Trabalho de divulgação. A divulgação para a camada fim, permitirá a redução do distanciamento entre os benefícios disponíveis pelo governo Federal nos termos da Lei 11.888/08 e a população a ser atingida;

- Trabalho de especialização dos técnicos da área. A especialização permitirá melhor qualidade dos trabalhos a serem realizados nos pontos abordados pelas análises;

- Confecção de Projeto pela Câmara Municipal para autorizar convênio entre o Poder Executivo, técnicos e instituições de ensino superior, para conceder os benefícios propostos pela Lei Federal de nº 11.888/08;

- Desenvolvimento de pesquisa sobre a disponibilização de *software* para apresentação virtual e antecipada da obra futura.

Por fim, pretende-se que essa pesquisa possa proporcionar elementos para ações nos moldes dos benefícios ofertados pela Lei Federal 11.888/08, assim, a curto e longo prazo haja melhor qualidade de vida, autoestima, redução de riscos, profilaxia, preservação à saúde e à vida, valorização aos deficientes físicos, principalmente à população que pertence à faixa mais carente que se trata das famílias que detém renda familiar em até três salários mínimos. Sem contar a melhoria visual das regiões periféricas do município de Teófilo Otoni-MG.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. A. G.; AZEVEDO, S. **Habitação e Poder** – da fundação da casa popular ao banco nacional da habitação. Rio De Janeiro: Zahar, 1982.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: centro gráfico, 1988. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 05 Out. 1988. Disponível Em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 14 out. 2017.

_____. Lei Nº 11.888 de 24 de dezembro de 2008. **Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 dez. 2008. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=258240>>. Acesso em: 14 out. 2017.

_____. Lei Nº 13.267, de 6 de abril de 2016. **Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 abr. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13267.htm>. Acesso em: 14 out. 2017.

_____. Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005, Dispõe sobre o SNHIS - **Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e cria o FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 10 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm>. Acesso em 18 maio 2017.

_____. Lei Nº 10.257 de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 abr. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.html>. Acesso em 15 jun. 2017.

BONATES, M. F.; VALENÇA, M. M. Vilas militares no Brasil. **Gestão, política de locação e desenvolvimento urbano**. Arquitextos, 2010.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**: a produção rentista de habitação e o autoritarismo da ordem sanitária. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2002.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp/Editora 34, 2000.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito Constitucional**, 4a. ed., Coimbra, Almedina, 1987, p. 132.

CAMACHO, N. O.; ABDALLA, J. G F.; CARVALHO, A. W. B. **Uma discussão sobre a articulação da Lei de Assistência Técnica com o Programa Minha Casa, Minha Vida**.

Anais. Fórum Habitar. Belo Horizonte, 2014.

CARVALHO, A. W. B. **Uma discussão sobre a articulação da Lei de Assistência Técnica com o Programa Minha Casa, Minha Vida**. Anais. Fórum Habitar. Belo Horizonte, 2014.

CASTELO, A. M. **Déficit habitacional aumenta com a recessão**. Fundação Getúlio Vargas. 2017.

CLEMENTE, A. S. **Políticas públicas habitacionais e os desafios da concretização do direito à moradia urbana na nova ordem constitucional brasileira**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/98933/clemente_as_me_fran.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 14 out. 2017

CIRNE, J. R. M. **Direito à moradia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Faculdade de Direito. Curso de Ciências Jurídicas e Sociais. 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/35825>>. Acesso em: 14 out. 2017.

CREA-MG. 2006. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/11037/797/797.pdf?sequence=3>>. Acesso em 14 jun. 2017.

CHRISTOVÃO, Ana Carolina; MATIOLLI, Thiago Oliveira Lima. **Desenvolvimento e exceção: as intervenções do PAC no contexto da Região metropolitana do Rio de Janeiro**. Anais: XV Encontros Nacional da ANPUR, Recife, 2013. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anaais/index>>. Acesso em: 19 agosto. 2017.

COELHO, W. R. **O déficit das moradias: instrumento para avaliação e aplicação de programas habitacionais**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18131/tde-19032003-155800/pt-br.php>>. Acesso em 13 fev. 2018.

CORREIA, C. de M. P. **Conforto termo-acústico de uma habitação de baixo custo**. Tese (Doutorado em Ciência e Engenharia de Materiais) – Universidade de São Paulo, Instituto de química de São Carlos, Instituto de física de São Carlos, Instituto de Engenharia de São Carlos. 2009. USP, São Paulo, SP. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/88/88131/tde-08042009-165312/pt-br.php>> Acesso em 12 fev. 2018.

CUNHA, A. A.; SOUZA, V. C. A. Contribuições Da Empresa Júnior Para a Formação Profissional dos Estudantes de Química e Engenharia Química da UFV. **Revista De Engenharia Química E Química**. Req. Viçosa-Mg, Vol. 01 N.01 2015.

DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio. “Prefácio à 1 Edição”. In: DALLARI, Adilson Abreu; FERRAZ, Sérgio. **Estatuto da Cidade** (Comentários à Lei Federal 10.257/2001). 3ª Edição. São Paulo: Malheiros, 2010, pp. 19-20.

DENALDI, R. **Panorama da política habitacional no Brasil a partir de uma leitura regionalizada dos recentes Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) elaborados no país**. Anais: XV Encontros Nacional da ANPUR, Recife, 2013. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anaais/index>>. Acesso em: 3 mai. 2017.

DIÁRIO DE TEÓFILO OTONI. PMCMV – Viriato. Imagem disponível em:<<http://www.diariodeteofilootoni.com.br/wp-content/uploads/2016/04/Denúncia01.jpg>>. Acesso em 13 de fev. 2018.

DOS SANTOS, J. S.; GONÇALVES, T. S. Assistência Técnica como política pública: o caso do Escritório Público de Salvador. **Revista Campo do Saber**. V. 1, N. 2 – jul/dez de 2015. p.1. Disponível em:< <http://periodicos.iesp.edu.br/index.php/campodosaber/article/view/11>>. Acesso em 20 jun. 2017.

FERNANDES, E. ALFONSIN, B. **Direito à moradia adequada**: o que é para quem serve, como defender e efetivar. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

FERREIRA, J. S. W. F. **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. São Paulo: LABHAB; FUPAM, 2012.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje**, Recife, v. 18, n. 1, 2009.

FREITAS, E. L. H. F. **Como qualificar conjuntos habitacionais populares**. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2004.

FUJIKAWA, A. C. **Uma experiência de Gestão e Governança Participativa no município de Presidente Castelo Branco/PR**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá. 2006.

G1 Vales MG - MG Inter TV 2ª Edição. **As casas da rua Altamiro Nunes Leite, na Vila Jacaré, ficam abaixo do nível da via**. 2013. Disponível em:<<http://g1.globo.com/mg/vales-mg/videos/v/moradores-em-teofilo-otoni-vivem-com-medo-de-veiculos-cairem-no-telhados-das-casas/2748425/>>. Acesso em 20 out. 2017.

G1 Vales MG - MG Inter TV 2ª Edição. Problemas na infraestrutura do bairro Cidade Nova preocupam moradores. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/vales-mg/mgintertv-2edicao/videos/v/moradores-do-bairro-cidade-nova-em-teofilo-otoni-estao-amendrontados-com-barranco/2889716/>>. Acesso em 21 de out. 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBPT. **Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação**. 2017. Disponível em:<<http://www.ibpt.com.br>>. Acesso em 14 maio 2017.

JACOBS, J. **Morte e Vida de grandes cidades**. Tradução Carlos S. M. Rosa – São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KRAUSE, C.; BALBIM, R.; NETO, L. V. C. **Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional?** Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília: Rio de Janeiro: IPEA, 2013.

LENZA, P. **Direito Constitucional esquematizado**. 13. Ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

LOCKER, D. **Measuring social inequality in dental health services research**: individual, household and area-based measures. Toronto, Department of Community Dentistry and Community Dental Health Services Research Unit, Faculty of Dentistry, University of Toronto, 1992.

MAGALHÃES, Juliana Aparecida. **A terceirização como instrumento de planejamento tributário e os reflexos dessa terceirização no terceiro setor**. 2012. 154 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.

MAIA, Sinézio Fernandes. SINDICATO DA CONSTRUÇÃO DE SÃO PAULO. **O Papel da Análise Fundamentalista na Formação de uma Carteira de Investimentos**: Um estudo empírico nas Empresas que compõe o índice imobiliário da BM&FBOVESPA. 2011 Disponível em: <<https://www.sindusconsp.com.br/noticias/>>. Acesso em: 25 de set. 2017.

MAMORÉ, L. **Revista Projetar Brasil**, agosto 2011, p. 5-8.

MARTINE, G. **As migrações de origem rural no Brasil**: uma perspectiva histórica.

História e população — estudos sobre a América Latina. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990.

MINISTÉRIO DAS CIDADES/ SNH. Ancona, Ana Lucia. Caracterização dos assentamentos precários e tipologias de intervenção. Nota técnica 02/2008. MCidades. Brasília: Contrato administrativo 02/2007.

MITIDIERO, D. **Processo civil e Estado constitucional**. Porto Alegre, Livraria do Advogado ed., 2007, p. 15-30.

MORAES, A. P. de. **Limites e potencialidades da assistência técnica pública e gratuita para projeto, construção e melhoria da habitação popular na cidade de Viçosa, MG**. 2012. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Viçosa, 2012.

MORAES, D. E. **Planejamento e gestão da qualidade de vida urbana em Teófilo Otoni-(MG)**. 2013. 117 p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2013.

MORAES, Jerônimo de. Instituto de Arquitetos do Brasil. **Assistência técnica para projeto é garantia ao direito à cidade**. 2017.

NADIA, O. C. **A utilização da Lei nº 11.888/2008 – Lei de Assistência Técnica Pública e Gratuita – no PMCMV**: limites e possibilidades na pós-ocupação das unidades habitacionais/Nádia de Oliveira Camacho. 2016.

NOLASCO, L. G. **Direito fundamental à moradia**. São Paulo: Pillares, 2008.

PASTERNAK, S.; D'OTTAVIANO, C. **Half a century of self help housing in Brazil**. In: BREDENOOK, J.; LINDERT, P.; SMETS, P. Housing the poor in a urbanizing world. Amsterdam: Earthscan, 2014.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. IBGE. 2015. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default.shtm>>. Acesso em 14 ago. 2017.

PMTO. Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni. Secretaria Municipal de Educação – **Plano Municipal de Educação 2015 – 2024**. Disponível em: <<http://www.teofilootoni.mg.gov.br/site/wp-content/uploads/2015/06/Plano-Municipal-2015-2024-corrigido-reda%C3%A7%C3%A3o-final.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2017.

PREECE, J. ROGERS, Y. SHARP, H. (2005) **Design de Interação**: além da interação homem-computador. Porto Alegre: Book- man.

PREVIDÊNCIA SOCIAL, 2017. **CRAS SUL de Teófilo Otoni, MG**. IBGE: 316860. Disponível em: < <http://previdencia.social/cras/teofilo-otoni-mg/>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

RÁDIO, Teófilo Otoni. Prefeitura de Teófilo Otoni prepara entrega das moradias do Conjunto Paulo Freire 31 de out. (2016). Disponível em: <<http://www.radioteofilotoni.com.br/noticia/prefeitura-de-teofilo-otoni-prepara-entrega-das-moradias-populares-do-conjunto-paulo-freire-5289>>. Acesso em 21/10/2017.

REDIGOLO, N. C. N. **Conjunto Mutirão em Sarandi-PR**. A segregação das classes na manutenção do equilíbrio urbano. Maringá, 2008.

REIS, A. T. L.; LAY, M. C. D. O projeto da habitação de interesse social e a sustentabilidade social. **Ambient. constr.** 2010, v.10, n.3, pp.99-119.

ROBERT, A. **Direito Constitucional e Direito Ordinário**. Justiça Constitucional e Justiça Especializada, trad. Luís Afonso Heck. **Revista dos Tribunais**, 2002.

ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R.; NAKANO, K. **Solo Urbano e Habitação de Interesse Social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país**. 2008. Disponível em: <<http://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/04/solo-urbano-e-his-rolnik-nakano-cymbalista.pdf>>. Acesso em: 03 maio 2017.

SANTOS, C. S. **A política habitacional para a população de baixa renda, em Belo Horizonte, a partir de 1990**. Tese (Doutorado Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS JR., O. A; MONTANDON, D. T. **Os planos diretores municipais pós - Estatuto da Cidade**: balanço critico e perspectivas. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles/Letra Capital, 2012.

SANTOS, J. S. **Lei da assistência técnica pública e gratuita**: um estudo de aplicação para

municípios paraibanos. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SCHRAMM, F.R.; CASTIEL, L.D. Processo saúde/doença e complexidade em epidemiologia. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, Fiocruz, v.8, n.4, 1992, p.379-390.

SCHAVSBERG, B. **Introdução ao planejamento urbano**. In: Curso: Instrumentos do Estatuto da Cidade; Parte 1 - planejamento urbano e plano diretor; Módulo I – Introdução ao Planejamento Urbano. Ministério das cidades: 2013. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br>> Acesso em: 10 abr. 2017.

PMMG, **Segurança preventiva com a Base Comunitária Móvel**. 2015. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/15rpm/conteudo.action?conteudo=70536&tipoConteudo=noticia>>. Acesso em 18 de fev. de 2018.

SILVESTRE, A. L. **Análise de Dados e Estatística Descritiva**. Escolar Editora, 2007, p. 4.

SOUZA, M. L. **O Desafio Metropolitano-um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, C. S. Semiotic engineering principles for evaluating end-user programming environments. Em Lucena, C.J.P. (ed.) **Monografia em Ciência da Computação. Departamento de Informática**. PUC-RioInf MCC 10/99. Rio de Janeiro, 1999.

SOUZA, N. M. S. S. **Torre de Marfim ou Universidade Empreendedora**: análise exploratória dos fatores críticos no processo de inovação no contexto universitário. Dissertação (Mestrado em Mestrado Em Engenharia de Produção) – Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2009.

VASQUES, A. C. **Urbanismo, planejamento urbano e direito urbanístico**: caminhos legais para cidades sustentáveis. Uberaba: CNEC Edigraf, 2014.

VICHI, B. **O direito urbanísticos e as regras de competência na Constituição Brasileira e no Estatuto da Cidade**. In: DALLARI, Adilson Abreu; DI SARNO, Daniela Campos Libório (Coord.). **Direito Urbanísticos e Ambiental**. 2a ed. rev. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

ANEXOS

ANEXO 1 -

VPrefeitura Municipal de Teófilo Otoni - MG
Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
Programa Bolsa Família
CRAS SUL
DIAGNÓSTICO SOCIAL

Identificação Domiciliar:
Data da pesquisa: 08/02/2019
Nome do responsável legal: [REDACTED]
Endereço: [REDACTED]
Bairro: Cidade Nova
NIS: [REDACTED]
Data de [REDACTED]
CPF: [REDACTED] ativo: Atualização Cadastral

Características Domiciliares:

1) ☒ Zona Urbana () Zona Rural
Ponto de referência:
2) Domicílio: () Particular permanente ☒ Particular improvisado () Coletivo
3) Piso: () Terra ☒ Cimento () Madeira aproveitada () Madeira aparelhada
() Cerâmica, lajota ou pedra () Carpete () Outro material
4) Casa: ☒ Alvenaria/tijolo com revestimento () Alvenaria/tijolo sem revestimento
() Madeira aparelhada () Taipava revestida () Taipava não-revestida () Madeira Aproveitada () Palha () Outro Material
5) Água: ☒ Rede Geral () Poço/Nascente () Cisterna () Outra forma
6) Existe banheiro: ☒ Sim () Não
7) Esgoto Sanitário: ☒ Rede Coletora de esgoto ou pluvial () Fossa Séptica
() Fossa rudimentar () Vala a céu aberto () Direto para um rio ou lago () Outra forma
8) Lixo: ☒ Coletado diretamente () Coletado indiretamente () Queimado ou enterrado na propriedade () Jogado em terreno ou logradouro () Jogado em rio ou lago () Outro destino
9) Iluminação: ☒ Elétrica com medidor próprio () Elétrica com medidor comunitário () Elétrica sem medidor () Óleo, querosene ou gás () Vela () Outra forma
10) Nº de cômodos: 05 Dormitório: 02
11) Nº. de pessoas: 4 Deficientes nº -
Tipo de Deficiência: -----
12) Recebe o leite do Governo Federal: ☒ Sim () Não

Despesas Mensais:

1) Aluguel: — 2) Alimentação: R\$ 24,00 3) Água: R\$ 24,00 4) Luz: R\$ 320,00
5) Transporte: — 6) Medicamentos: — 7) Gás: R\$ 53,00

COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA NO CADENICOPB

Composição Familiar

Nº	Nome	Idade	Parentesco	Ocupação	Remuneração (Trabalho formal ou informal)	Outras Rendas (Aposentadoria, pensão, BPC, Seguro desemprego)	Meses trabalhados	1º VALOR TOTAL
1	[REDACTED]	53	RF	Do lar	-	-	-	-
2	[REDACTED]	14	Filha	Estudante	-	-	-	-
3	[REDACTED]				-	-	-	-
4	[REDACTED]	12	Filha	Estudante	-	-	-	-
5	[REDACTED]							
6	[REDACTED]							

ANEXO 2 -

Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni - MG
Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
Programa Bolsa Família
CRAS SUL
DIAGNÓSTICO SOCIAL

Identificação Domiciliar:
 Data da pesquisa: 01/06/2017
 Nome do responsável legal: [REDACTED] m
 Endereço: F [REDACTED]
 Bairro: Taquara
 NIS: [REDACTED]
 Data: [REDACTED]
 CPF: [REDACTED]
 Motivo: [REDACTED] familiar

Características Domiciliares:
 1) ☒ Zona Urbana ☐ Zona Rural
 Ponto de referência:
 2) Domicílio: ☒ Particular permanente ☐ Particular improvisado ☐ Coletivo
 3) Piso: ☐ Terra ☒ Cimento ☐ Madeira aproveitada ☐ Madeira aparelhada
☐ Cerâmica, lajota ou pedra ☐ Carpete ☐ Outro material
 4) Casa: ☐ Alvenaria/tijolo com revestimento ☒ Alvenaria/tijolo sem revestimento
☐ Madeira aparelhada ☐ Taipava revestida ☐ Taipava não-revestida
☐ Madeira Aproveitada ☐ Palha ☐ Outro Material
 5) Água: ☒ Rede Geral ☐ Poço/Nascente ☐ Cisterna ☐ Outra forma
 6) Existe banheiro: ☒ Sim ☐ Não
 7) Escoamento Sanitário: ☒ Rede Coletora de esgoto ou pluvial ☐ Fossa Séptica
☐ Fossa rudimentar ☐ Vala a céu aberto ☐ Direto para um rio ou lago
☐ Outra forma
 8) Lixo: ☒ Coletado diretamente ☐ Coletado indiretamente ☐ Queimado ou enterrado na propriedade
☐ Jogado em terreno ou logradouro ☐ Jogado em rio ou lago ☐ Outro destino
 9) Iluminação: ☒ Elétrica com medidor próprio ☐ Elétrica com medidor comunitário
☐ Elétrica sem medidor ☐ Óleo, querosene ou gás ☐ Vela
☐ Outra forma
 10) Nº de cômodos: 03 Dormitório: 01
 11) Nº. de pessoas: 02 Deficientes nº. -
 Tipo de Deficiência: -
 12) Recebe o leite do Governo Federal: ☐ Sim ☒ Não

Despesas Mensais:
 1) Aluguel: - 2) Alimentação: R\$200,00 3) Água: R\$ 50,00
 4) Luz: R\$50,00
 5) Transporte: - 6) Medicamentos: - 7) Gás: R\$50,00

Composição Familiar

Nº	Nome	Idade	Parentesco	Ocupação	Remuneração (Trabalho formal ou informal)	Outras Rendas (Aposentadoria, pensão, BPC, Seguro desemprego)	Meses trabalhados	1º VALOR TOTAL
1	[REDACTED]	29	RF	Faxineira	R\$90,00	-	-	R\$90,00
2	[REDACTED]	01	Filha		-	-	-	-

1º Valor total = soma de terceiros + pensão alimentícia

ANEXO 3 -

Prefeitura Municipal de Teófilo Otoni – MG
Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
Programa Bolsa Família
CRAS SUL
DIAGNÓSTICO SOCIAL

Identificação Domiciliar:
 Data da pesquisa: 01/06/2017
 Nome do responsável legal: A [REDACTED] m
 Endereço: Rua J [REDACTED]
 Bairro: Taquara
 NIS: 1 [REDACTED]
 Data: [REDACTED]
 CPF: [REDACTED]
 Motivo: [REDACTED] posição familiar

Características Domiciliares:
 1) (☒) Zona Urbana () Zona Rural
 Ponto de referência:
 2) Domicílio: (X) Particular permanente () Particular improvisado () Coletivo
 3) Piso: () Terra (X) Cimento () Madeira aproveitada () Madeira aparelhada () Cerâmica, lajota ou pedra () Carpete () Outro material
 4) Casa: () Alvenaria/tijolo com revestimento (X) Alvenaria/tijolo sem revestimento () Madeira aparelhada () Taipava revestida () Taipava não-revestida () Madeira Aproveitada () Palha () Outro Material
 5) Água: (X) Rede Geral () Poço/Nascente () Cisterna () Outra forma
 6) Existe banheiro: (X) Sim () Não
 7) Escoamento Sanitário: (X) Rede Coletora de esgoto ou pluvial () Fossa Séptica () Fossa rudimentar () Vala a céu aberto () Direto para um rio ou lago () Outra forma
 8) Lixo: (X) Coletado diretamente () Coletado indiretamente () Queimado ou enterrado na propriedade () Jogado em terreno ou logradouro () Jogado em rio ou lago () Outro destino
 9) Iluminação: (X) Elétrica com medidor próprio () Elétrica com medidor comunitário () Elétrica sem medidor () Óleo, querosene ou gás () Vela () Outra forma
 10) Nº de cômodos: 03 Dormitório: 01
 11) Nº. de pessoas: 02 Deficientes nº. -
 Tipo de Deficiência: -----
 12) Recebe o leite do Governo Federal: () Sim () Não

Despesas Mensais:
 1) Aluguel: 2) Alimentação: R\$200,00 3) Água: R\$ 50,00
 4) Luz: R\$50,00
 5) Transporte: 6) Medicamentos: 7) Gás: R\$50,00

Composição Familiar

Nº	Nome	Idade	Parentesco	Ocupação	Remuneração (Trabalho formal ou informal)	Outras Rendas (Aposentadoria, pensão, BPC, Seguro desemprego)	Meses trabalhados	1º VALOR TOTAL
1	[REDACTED]	29	RF	Faxineira	R\$90,00	-	-	R\$90,00
2	[REDACTED]	01	Filha		-	-	-	-

1º Valor total = soma de terceiros + pensão alimentícia

ANEXO 4 -

2*Recebe ajuda de terceiros? (X) Não () Sim Quanto?

3*Recebe Pensão Alimentícia? () Não (X) Sim Quanto? R\$250,00

Renda total: R\$340,00
Renda per capita: R\$170,00

A família é perfil do PBF? (X) SIM () NÃO
Ela é perfil de: (X) BÁSICO (X) BENEFÍCIO VARIÁVEL () BVJ
(X) CADÚNICO

Relato do Entrevistador:

A usuária compareceu ao CRAS - SIII, por motivo de comunicação da composição familiar. Peço que seja feita a [REDACTED] do núcleo familiar, pois não reside mais com ela. [REDACTED] mora em casa própria com acesso a água, energia elétrica e moram duas pessoas.
A renda da família é no valor de R\$340,00, advinda do seu trabalho como faxineira (R\$ 90,00) e da pensão alimentícia (R\$250,00), conta também com ajuda de seu ex esposo para as demais despesas com a filha. A per capita é de R\$170,00
Portanto a família é perfil para [REDACTED]

Ass. do responsável legal: X [REDACTED]

Técnico Entrevistador: 2 [REDACTED]

Data da Entrega do relatório: 01/06/2017

**LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INCLUSÃO OU
RECADASTRAMENTO DA FAMÍLIA NO CADÚNICO/PBF**

(TODOS OS DOCUMENTOS ORIGINAIS)

Título de Eleitor CPF Carteira de Identidade Carteira de Trabalho Certidão de Nascimento - (Crianças) Conta de Luz ou Água Declaração da Escola que o filho estuda	} Todas as pessoas maiores de 18 anos
--	---------------------------------------

PARA QUEM RECEBE:
Declaração do Posto de Saúde
Cartão Bolsa Família

ANEXO 5 -

1*Valor total + ajuda de terceiros + pensão alimentícia = *não possui renda*

2*Recebe ajuda de terceiros? () Não (X) Sim Quanto? *Ajuda com conta básica da Igreja.*

3*Recebe Pensão Alimentícia? () Não (X) Sim Quanto? *Ex-companheiro, quando está empregada, ajuda no pagamento de conta e alimentação.*

Renda total: —
Renda per capita: —

Nº DO PORTFOLIO: —
A família é perfil do PBF? (X) SIM () NÃO
Ela é perfil de: (X) BÁSICO (X) BENEFÍCIO VARIÁVEL () BVJ
(X) CADÚNICO

Relato do Entrevistador:
*... domicílio na casa da ...
... relata que reside
em casa cedida, com acesso a água,
energia elétrica e saneamento básico.
... que tem a renda, o núcleo familiar
não possui renda alguma, e no momento
tem problemas de saúde e faz tratamento
de câncer. No domicílio há três pessoas
e no momento a ... está desempregada
e não tem condições de trabalhar.
Portanto, a família tem perfil para
receber a Bolsa Família e CADÚNICO.*

Ass. do responsável legal: X

Técnico Entrevistador: _____

Data da Entrega do relatório: *08.02.2017*

**LISTA DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INCLUSÃO OU
RECADASTRAMENTO DA FAMÍLIA NO CADÚNICO/PBF**

(TODOS OS DOCUMENTOS ORIGINAIS)

Título de Eleitor CPF Carteira de Identidade Carteira de Trabalho Certidão de Nascimento — (Crianças) Conta de Luz ou Água Declaração da Escola que o filho estuda	Todas as pessoas maiores de 18 anos
--	-------------------------------------

PARA QUEM RECEBE:
Declaração do Posto de Saúde
Cartão Bolsa Família

ANEXO 6 -

CONDIÇÕES HABITACIONAIS DA FAMÍLIA			
Características do Domicílio	Marque o item correspondente	Utilize para atualização do domicílio	
a. Tipo de residência			
Própria	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alugada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cedida	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ocupada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b. Material das paredes externas do domicílio			
Alvenaria ou madeira aparelhada	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Madeira aproveitada, taipa ou outros materiais precários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c. Acesso a energia elétrica			
Sim, com Medidor próprio	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sim, com Medidor compartilhado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sim, sem medidor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não possui energia elétrica no domicílio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d. Possui água canalizada			
Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e. Forma de abastecimento de água			
Rede geral de distribuição	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Poço ou nascente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sistema de captação de águas de chuva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Carro pipa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra forma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f. Escoamento sanitário			
Rede coletora de esgoto ou pluvial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fossa séptica	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fossa rudimentar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Direto para vala, rio, lago ou mar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Domicílio sem banheiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
g. Coleta de lixo			
Sim, coleta direta	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sim, coleta indireta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não possui coleta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
h. Qual o número total de cômodos do domicílio			
Número de Cômodos	0 3	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
i. Qual o nº de cômodos utilizados como dormitório			
Número de dormitórios	0 1	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
j. Quanto é o nº de pessoas do domicílio dividido pelo nº de dormitórios?			
Número médio de pessoas por dormitório	0 2	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
k. O domicílio possui acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção?			
Sim, tanto nos espaços internos como na comunicação com a rua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sim, apenas nos espaços internos, mas possui "barriletes" na comunicação com a rua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não possui condições de acessibilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
l. O domicílio está localizado em área de risco de desabamento ou alagamento?			
Sim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
m. O domicílio está localizado em área de difícil acesso geográfico?			
Sim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
n. O domicílio está localizado em área com forte presença de conflito/violência?			
Sim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ANEXO 7 -

CONDIÇÕES HABITACIONAIS DA FAMÍLIA			
Características do Domicílio	Marque o item correspondente	Utilize para atualização do domicílio	
a. Tipo de residência			
Própria	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alugada	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cedida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ocupada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b. Material das paredes externas do domicílio			
Alvenaria ou madeira aparelhada	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Madeira aproveitada, taipa ou outros materiais precários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c. Acesso a energia elétrica			
Sim, com Medidor próprio	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sim, com Medidor compartilhado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sim, sem medidor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não possui energia elétrica no domicílio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d. Possui água canalizada			
Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e. Forma de abastecimento de água			
Rede geral de distribuição	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Poço ou nascente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sistema de captação de águas de chuva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Carro pipa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra forma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f. Esgotamento sanitário			
Rede coletora de esgoto ou pluvial	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fossa séptica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fossa rudimentar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Direto para vale, rio, lago ou mar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Domicílio sem banheiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
g. Coleta de lixo			
Sim, coleta direta	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sim, coleta indireta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não possui coleta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
h. Qual o número total de cômodos do domicílio			
Número de Cômodos	<input type="text" value="0"/> <input type="text" value="5"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
i. Qual o nº de cômodos utilizados como dormitório			
Número de dormitórios	<input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
j. Quanto é o nº de pessoas do domicílio dividido pelo nº de dormitórios?			
Número médio de pessoas por dormitório	<input type="text" value="0"/> <input type="text" value="1"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
k. O domicílio possui acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção?			
Sim, tanto nos espaços internos como na comunicação com a rua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sim, apenas nos espaços internos, mais possui "barreiras" na comunicação com a rua.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não possui condições de acessibilidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
l. O domicílio está localizado em área de risco de desabamento ou alagamento?			
Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
m. O domicílio está localizado em área de difícil acesso geográfico?			
Sim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
n. O domicílio está localizado em área com forte presença de conflitos/violência?			
Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ANEXO 8 -

CONDIÇÕES HABITACIONAIS DA FAMÍLIA		
Características do Domicílio	Marque o item correspondente	Utilize para atualização do domicílio
a. Tipo de residência		
Própria	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alugada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cedida	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ocupada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b. Material das paredes externas do domicílio		
Alvenaria ou madeira aparelhada	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Madeira aproveitada, taipa ou outros materiais precários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c. Acesso a energia elétrica		
Sim, com Medidor próprio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sim, com Medidor compartilhado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sim, sem medidor	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não possui energia elétrica no domicílio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d. Possui água canalizada		
Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e. Forma de abastecimento de água		
Rede geral de distribuição	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Poço ou nascente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sistema de captação de águas de chuva	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Carro pipa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outra forma	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f. Esgotamento sanitário		
Rede coletora de esgoto ou pluvial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fossa séptica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fossa rudimentar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Direto para vala, rio, lago ou mar	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Domicílio sem banheiro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
g. Coleta de lixo		
Sim, coleta direta	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sim, coleta indireta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não possui coleta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
h. Qual o número total de cômodos do domicílio		
Número de Cômodos	0 3	<input type="checkbox"/>
i. Qual o nº de cômodos utilizados como dormitório		
Número de dormitórios	0 2	<input type="checkbox"/>
j. Quanto é o nº de pessoas do domicílio dividido pelo nº de dormitórios?		
Número médio de pessoas por dormitório	0 2	<input type="checkbox"/>
k. O domicílio possui acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção?		
Sim, tanto nos espaços internos como na comunicação com a rua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sim, apenas nos espaços internos, mas possui "barreiras" na comunicação com a rua	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não possui condições de acessibilidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
l. O domicílio está localizado em área de risco de desabamento ou alagamento?		
Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
m. O domicílio está localizado em área de difícil acesso geográfico?		
Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
n. O domicílio está localizado em área com forte presença de conflito/violência?		
Sim	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



UFVJM